REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Relatório

Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Gondola (Distrito e Município)

RLV2025
REVISÃO LOCAL VOLUNTÁRIA
GONDOLA

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Gondola (Distrito e Município)

Entidades envolvidas: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Planificação; Governo do Distrito de Gondola; Conselho Municipal da Vila de Gondola-CMVG.

Coordenação: UNDESA/ECA

Manica, 2025

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS 1

PREFÁCIO 1

AGRADECIMENTOS 2

INTRODUÇÃO 3

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES 4

CAPÍTULO 2: CONTEXTO 5

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA 7

FASES E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE RLV 7

LIMITAÇÕES OBSERVADAS 10

CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS 12

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 34

ANEXOS 36

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1 13
Tabela 2: Trabalho, emprego e segurança socia em Gondola 15
Tabela 3: Produção agrícola (Campanha agrícola, ton.) em Gondola 16
Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 2 18
Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 3 21
Tabela 6: Rede escolar em Gondola 23
Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 4 25
Tabela 8: Quadro de indicadores do ODS 5 27
Tabela 9: Quadro de indicadores do ODS 6 30
Tabela 10: Quadro de indicadores do ODS 11 32

LISTA DE ABREVIATURAS

APEs	Agentes Polivalentes Elementares
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMVG	Conselho Municipal da Vila de Gondola
DSDG	Divisão para os ODS
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ETLs	Equipas Técnicas Locais
ECA	Comissão Económica África
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
GFDs	Grupos Focais de Discussão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIFECAS	Livres do Fecalismo a Céu Aberto
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NDNT	Não Deixar Ninguém para Trás
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
PcDs	Pessoas com Deficiência
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PFLs	Pontos Focais Locais
PFPs	Pontos Focais Provinciais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POA	Plano e Orçamento Autárquico
QNI	Quadro Nacional de Indicadores
RCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
RLV	Revisão Local Voluntária
RNV	Revisão Nacional Voluntária
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
TARV	Tratamento Antirretroviral
TB	Tuberculose
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PREFÁCIO

Este documento faz parte do projecto de Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implementado pela Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), com o apoio do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO), em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), a Província de Manica, o Distrito e o Município de Gondola.

A RLV do território local de Gondola (Distrito e Município) marca um momento significativo na consolidação dos esforços locais para a materialização da Agenda 2030. Este relatório apresenta o estado de implementação dos ODS prioritários para o distrito – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 – reflectindo o compromisso das instituições locais em fortalecer a governação, orientar a planificação baseada em evidências e reforçar a participação dos cidadãos. O documento compila a experiência do Distrito e Município de Gondola na implementação da Agenda 2030, fornecendo uma avaliação realista dos progressos, desafios e oportunidades na implementação dos ODS, alinhada com a metodologia da UNDESA e Comissão Económica África (ECA), com a orientação dos Consultores que apoiaram o processo.

A elaboração desta RLV resulta de um processo colaborativo envolvendo instituições governamentais a nível distrital e provincial, serviços técnicos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, sector privado, academia e diversos grupos vulneráveis. Este processo é fundamental para garantir que os ODS sejam efectivamente integrados nas políticas e acções locais e reafirma o compromisso do Distrito e Município de Gondola em "não deixar ninguém para trás" e em promover um caminho de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável.

Os dados e análises aqui apresentados constituem uma referência essencial para o diálogo político, a tomada de decisões informadas e a definição de prioridades estratégicas nos próximos ciclos de planificação local. A selecção dos ODS prioritários considerou as competências administrativas dos governos locais e as suas áreas de actuação, permitindo estruturar quadros de indicadores alinhados às metas nacionais. A definição final dos indicadores resultou da combinação entre estas responsabilidades institucionais e um conjunto de referências técnicas, incluindo estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), projecções demográficas, sistemas sectoriais de informação e políticas nacionais.

A metodologia da RLV orientou a adaptação das metas globais à realidade socioeconómica e institucional local, contribuindo para a sua integração nos instrumentos de planificação e orçamentação. O princípio da participação inclusiva norteou todo o processo, assegurando o envolvimento activo de diversos actores, tais como as entidades governamentais, sociedade civil, academia, sector privado e actores comunitários. Workshops locais funcionaram como espaços de diálogo, aprendizagem e concertação, fortalecendo capacidades de planificação, monitoria e avaliação. Estes encontros foram amplamente reconhecidos pelos participantes como um dos principais valores acrescentados do processo, ao promoverem escuta activa, alinhamento de perspectivas e coordenação entre diferentes níveis da governação.

Assim, para além de constituir um instrumento de análise, a RLV configura também um exercício prático de governação participativa e integração territorial, traduzindo um compromisso colectivo com a implementação da Agenda 2030. As suas conclusões alimentarão igualmente os mecanismos provinciais e nacionais de monitoria dos ODS, incluindo a Revisão Nacional Voluntaria (RNV) actualmente me curso.

AGRADECIMENTOS

A preparação desta RLV não teria sido possível sem a colaboração activa de múltiplas instituições e actores locais. A equipa de trabalho para a elaboração do relatório expressa o seu profundo agradecimento: ao Governo do Distrito de Gondola e Conselho Municipal da Vila de Gondola (CMVG); À Equipa Técnica responsável pela coordenação da RLV, pelo trabalho de sistematização e análise. À sociedade civil, organizações comunitárias e representantes de mulheres, jovens e pessoas com deficiência e idosos, pelas contribuições durante consultas locais; aos parceiros de desenvolvimento que ofereceram apoio metodológico e técnico, incluindo as orientações constantes no documento de referência da UNDESA.

Este relatório é fruto de um esforço colectivo e reflecte a visão conjunta de um território local de Gondola mais inclusivo, próspero e sustentável.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objectivos concebidos para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, promover prosperidade partilhada, proteger o ambiente e reforçar a paz, a justiça e instituições eficazes. Embora global, esta Agenda só se materializa plenamente quando traduzida para as realidades dos vários territórios subnacionais, pois é ao nível local que os serviços públicos são prestados, que as desigualdades se manifestam e que as populações experienciam, no quotidiano, os avanços e desafios do desenvolvimento. Assim, a localização dos ODS constitui um elemento central para assegurar que ninguém é deixado para trás, reforçando a necessidade de integrar metas, indicadores e princípios da Agenda 2030 nos processos de planificação municipal e distrital.

Neste quadro, a Revisão Local Voluntária (RLV) emerge como um instrumento estratégico para monitorar a implementação dos ODS ao nível territorial. A RLV permite avaliar progressos, identificar lacunas na produção estatística, mapear desafios institucionais e operacionais, fortalecer a coordenação entre sectores e promover uma cultura de planificação baseada em evidências. Para além disso, oferece um mecanismo de participação inclusiva, mobilizando instituições governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidades para uma reflexão conjunta sobre prioridades e soluções na base de informação objectiva e actualizada.

O Distrito e Município de Gondola foram seleccionados para este exercício de RLV devido ao seu papel estratégico na província, à sua relevância socioeconómica, às dinâmicas demográficas em transformação e ao compromisso demonstrado na implementação dos instrumentos de planificação local, tais como o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e o Plano e Orçamento Autárquico (POA). A sua posição geográfica, a crescente pressão sobre os serviços sociais, a centralidade da agricultura familiar e as vulnerabilidades ambientais conferem ao território uma importância particular no contexto do desenvolvimento provincial e nacional. A RLV de Gondola representa, assim, uma oportunidade para consolidar diagnósticos e reforçar a capacidade de monitoria e reporte ao nível local.

O presente relatório baseia-se em fontes oficiais (balanços dos instrumentos de planificação local, estatísticas do INE e relatórios/balanços sectoriais) e contributos qualitativos recolhidos em consultas, workshops, entrevistas e grupos focais com actores governamentais, lideranças comunitárias, jovens, mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Foram priorizados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, por reflectirem áreas directamente ligadas ao bem-estar da população e à provisão de serviços essenciais: redução da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), e urbanização inclusiva e resiliente (ODS 11). Estes ODS espelham as competências administrativas do governo distrital e municipal e os desafios prioritários para o desenvolvimento.

O relatório está estruturado em cinco capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes e enquadramento nacional e global das RLVs. O Capítulo 2 caracteriza o território de Gondola, abordando aspectos geográficos, demográficos, económicos, sociais e institucionais que contextualizam a implementação dos ODS. O Capítulo 3 descreve a metodologia da RLV, incluindo processos de recolha, validação e análise de dados. O Capítulo 4 apresenta o diagnóstico detalhado dos ODS seleccionados, analisando tendências, desafios, oportunidades e indicadores disponíveis. O Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e formula recomendações orientadas para a aceleração local dos ODS.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece um quadro global orientado para a erradicação da pobreza, a protecção do planeta e a promoção da prosperidade e da paz. O seu carácter universal exige não apenas compromissos a nível nacional, mas também a mobilização activa dos governos subnacionais, responsáveis pela implementação directa de grande parte das políticas públicas que afectam o bem-estar das populações. A concretização das metas globais depende, assim, da capacidade de integrar os ODS nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria ao nível territorial — processo conhecido como localização dos ODS.

Em Moçambique, o Governo tem vindo a consolidar este compromisso através da incorporação sistemática dos ODS no Sistema Nacional de Planificação. Documentos estratégicos como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) e os instrumentos de planificação locais reflectem esta harmonização. Estes enquadramentos articulam-se, por sua vez, com outras agendas internacionais, como a Agenda 2063 da União Africana, consolidando uma visão coerente de desenvolvimento sustentável para o país.

A Reforma de Descentralização recente reforça ainda mais a centralidade dos governos locais — provinciais, distritais e autárquicos — na implementação dos ODS, ao transferir competências, recursos e responsabilidades que ampliam o seu papel na prestação de serviços públicos e na gestão do desenvolvimento territorial. A Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2020 já havia sublinhado a necessidade de fortalecer estas capacidades e melhorar os mecanismos de monitoria ao nível local. Neste contexto, as RLVs surgem como instrumentos estratégicos para avaliar, de forma participativa e contextualizada, os progressos e desafios na implementação dos ODS ao nível dos territórios.

As RLVs permitem fortalecer a monitoria, melhorar a disponibilidade de dados, promover transparência e assegurar alinhamento entre os níveis local e nacional. Globalmente, mais de 200 governos locais de todos os continentes já realizaram exercícios deste tipo, demonstrando o seu valor como mecanismos de aprendizagem institucional e de aceleração dos ODS. Em Moçambique, o processo de ensaio metodológico das RLVs foi iniciado em 2024, numa parceria entre o MPD, a Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA/DSDG), o UN-Habitat e o PNUD. Para este projecto piloto foram seleccionados seis territórios locais, incluindo Gondola, com base em representatividade regional, sinergias com iniciativas de apoio ao desenvolvimento local e manifestação formal de interesse das lideranças distritais e municipais.

As RLVs pretendem ser instrumentos estruturados de monitoria, capazes de produzir diagnósticos localizados, reforçar sistemas de dados e propor estratégias de aceleração dos ODS, constituindo assim plataformas de aprendizagem institucional. Para o presente exercício foram seleccionados sete ODS prioritários — ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 — alinhados com desafios e prioridades identificados nos instrumentos de planificação local. Estes objectivos reflectem problemáticas críticas para o desenvolvimento territorial: pobreza multidimensional, insegurança alimentar, pressão sobre serviços básicos, desigualdades de género, expansão urbana desordenada e fragilidades estruturais nos sistemas de água e saneamento.

CAPÍTULO 2: CONTEXTO

O Distrito e o Município de Gondola localizam-se na província de Manica, no centro de Moçambique. A sua posição geográfica confere-lhe relevância estratégica no contexto regional, uma vez que se encontra próximo do eixo Chimoio–Beira, integrado no Corredor da Beira, um dos principais corredores logísticos, rodoviários e ferroviários do país, fundamental para o escoamento de produtos agrícolas, industriais e mineiros do interior para o Porto da Beira e para a ligação com os mercados regionais da África Austral.

Geograficamente, o Distrito de Gondola situa-se na zona centro-oriental da Província de Manica, limitando-se a Norte pelos rios Púnguè e Mudzingadzi, que o separam do Distrito de Vanduzi; a Nordeste pelo Distrito de Gorongosa, na Província de Sofala; a Sul pelo rio Revué, que estabelece a fronteira com os Distritos de Sussundenga e Macate; e a Oeste pelo Distrito de Chimoio. O território possui uma área de de 2 767 km², caracterizando-se por uma combinação de áreas planálticas e vales fluviais, com solos de fertilidade média a elevada e disponibilidade hídrica sazonal, factores que favorecem a actividade agrícola.

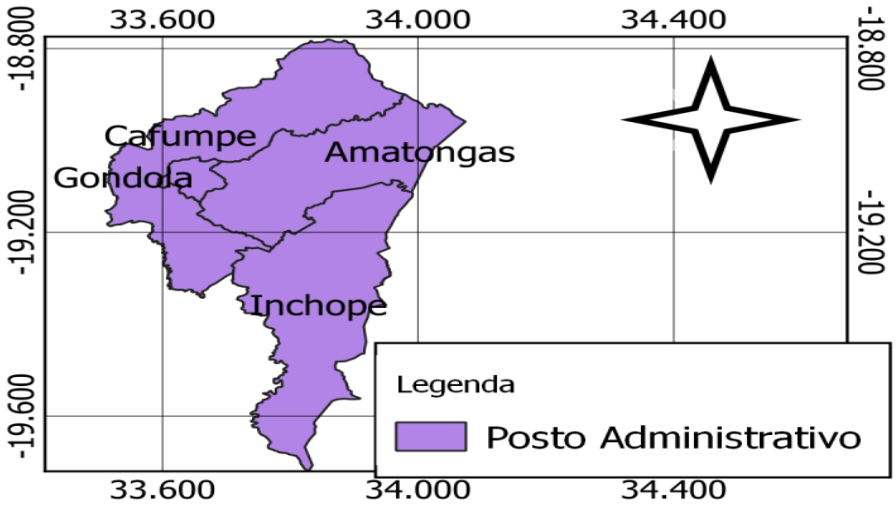
O clima predominante no território local de Gondola é tropical húmido de altitude. A temperatura apresenta variações sazonais significativas, atingindo valores máximos de cerca de 35ºC nos meses de Setembro a Janeiro e mínimas em torno de 12ºC entre Abril e Agosto. A precipitação média anual varia de acordo com as unidades agroecológicas do distrito: na zona planáltica regista-se uma precipitação relativamente elevada, entre 1.000 e 1.500 mm anuais; a zona de transição apresenta uma média anual em torno de 1.200 mm; enquanto a zona de planície regista valores significativamente mais baixos, entre 200 e 300 mm. A estação chuvosa ocorre entre Novembro e Março, sendo Abril e Outubro meses de transição, seguidos por uma estação seca pronunciada entre Maio e Setembro.

Do ponto de vista edáfico, o território local de Gondola é predominantemente constituído por solos argilosos e siltosos. As zonas planas caracterizam-se por solos profundos, avermelhados, de textura franco–argilo–arenosa, enquanto as áreas com declives médios e inferiores apresentam solos pouco profundos, com presença de cascalho, pedras e afloramentos rochosos. Nas partes mais altas da planície (200–300 m), predominam solos franco-arenosos castanhos ou solos arenosos amarelados.

No que concerne a **estrutura administrativa**, o território local de Gondola integra quatro Postos Administrativos – Gondola (urbano), Amatongas, Cafumpe e Inchope – e um município, o Município da Vila de Gondola, que constitui o principal centro urbano e administrativo. O distrito compreende ainda as localidades de Inchope Sede, Muda Serração, Doeroi, Amatongas Sede, Nhambonda, Cafumpe Sede, Mudima e Chiongo, enquanto o Município organiza-se em localidades e bairros urbanos com diferentes níveis de consolidação. Esta estrutura reflecte a coexistência de espaços predominantemente rurais, com forte dependência da agricultura familiar, e de um núcleo urbano em expansão, onde se concentram os serviços administrativos, infraestruturas sociais, comércio e actividades económicas de maior densidade.

Segundo as projecções populacionais do INE, o território local de Gondola conta com uma população estimada em 249.698 habitantes, dos quais 122.952 são homens e 126.746 mulheres, com uma densidade populacional aproximada de 90,2 habitantes por km². Cerca de 67,7% da população reside em áreas rurais, reflectindo o carácter predominantemente rural do território. A **estrutura etária** é marcadamente jovem, com elevada proporção da população abaixo dos 15 anos, o que gera forte pressão sobre os serviços de educação, saúde materno-infantil, água e saneamento.

A população distribui-se pelos quatro postos administrativos, conforme a figura que se segue:



Fonte: INE (2025)

A **estrutura económica** de Gondola é fortemente marcada pela agricultura familiar, com destaque para a produção de milho, mandioca, feijão vulgar, amendoim e gergelim, que asseguram a subsistência da maioria dos agregados familiares e contribuem para os mercados locais. A actividade agrícola é predominantemente dependente da chuva, tornando o território vulnerável a choques climáticos, como secas e cheias, com impactos directos na segurança alimentar e nos rendimentos das famílias.

Para além da agricultura, a economia local integra actividades de comércio, serviços, restauração e alojamento, concentradas sobretudo na Vila Municipal de Gondola e no Posto Administrativo de Inchope, beneficiando da proximidade aos principais eixos rodoviários. O distrito dispõe de cerca de 59 estabelecimentos turísticos legalmente registados, com 377 quartos e 441 camas. Contudo, o movimento turístico registou uma redução acentuada entre 2023 e 2024, com quedas superiores a 30% no número de hóspedes e dormidas, reflectindo limitações na atracção de investimentos turísticos (INE, 2025).

No domínio social, o Distrito de Gondola dispõe de uma rede de estabelecimentos de ensino público e privado que cobre o ensino primário e secundário, embora persistam desafios associados à qualidade do ensino, retenção escolar e desigualdades territoriais no acesso à educação, sobretudo nas zonas rurais. A rede sanitária inclui um Hospital Distrital e vários Centros de Saúde distribuídos pela Vila Municipal e pelos Postos Administrativos, enfrentando limitações relacionadas com recursos humanos, equipamentos e cobertura efectiva dos serviços, particularmente nas comunidades mais afastadas.

A governação do território de Gondola assenta na articulação entre os órgãos de governação descentralizada do Estado e os órgãos autárquicos, envolvendo a Administração Distrital, o Conselho Municipal, chefes de postos administrativos, líderes comunitários, conselhos consultivos e organizações da sociedade civil. Esta configuração institucional exige mecanismos eficazes de coordenação, planificação integrada e participação dos cidadãos, sobretudo na gestão de sectores-chave como educação, saúde, agricultura, água, saneamento e ordenamento territorial.

Portanto, o contexto territorial, demográfico, socioeconómico e institucional de Gondola evidencia um território em transição, com desafios estruturais significativos, mas também com oportunidades associadas à sua localização estratégica, potencial agrícola e dinâmicas urbanas emergentes. Estes elementos são determinantes para a selecção dos ODS priorizados no presente relatório de RLV e para a análise do progresso e dos constrangimentos apresentados nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório da RLV foi estruturada em conformidade com as orientações globais das Nações Unidas e os instrumentos nacionais de planificação, incorporando princípios de rigor analítico, inclusão social, participação multissectorial e alinhamento com a Agenda 2030. O processo combinou gestão do conhecimento, recolha, análise de dados e participação, de modo a produzir um diagnóstico robusto e representativo das dinâmicas locais de implementação dos ODS.

A estratégia metodológica assentou na integração de três pilares complementares. O primeiro correspondeu à coordenação técnica e gestão do conhecimento, assegurada pelos consultores contratados pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e pela UNDESA/ECA, responsáveis pelo enquadramento conceptual, harmonização de procedimentos e garantia da qualidade do processo. O segundo pilar correspondeu à recolha, organização e análise de dados, conduzida pelos Pontos Focais Locais (PFLs), Equipas Técnicas Locais (ETLs) e Pontos Focais Provinciais (PFPs), com apoio contínuo do consultor. O terceiro pilar assentou nos processos participativos locais — workshops multissetoriais, consultas temáticas e grupos focais comunitários — que permitiram integrar evidências qualitativas e assegurar que as percepções das partes interessadas fossem incorporadas no diagnóstico.

Fases e etapas da produção do relatório de RLV

A RLV foi estruturada em quatro fases interdependentes, combinando acções de gestão do conhecimento, apoio técnico, coordenação interinstitucional, recolha de evidências e processos participativos. Cada fase gerou resultados que fundamentava a seguinte, assegurando um ciclo contínuo de aprendizagem.

A fase de iniciação e planificação estratégica

A fase de iniciação e planificação estratégica marcou o arranque formal do processo de elaboração da RLV, estabelecendo os fundamentos institucionais, metodológicos e operacionais que orientaram todo o exercício de localização dos ODS. Um elemento central e inovador desta fase foi a criação de uma estrutura conjunta e unificada Distrito–Município, materializada através da articulação entre os serviços distritais e o Conselho Autárquico de Gondola. Esta abordagem permitiu superar a tradicional fragmentação institucional, promovendo uma leitura integrada do território e assegurando coerência entre as competências distritais e municipais na implementação da Agenda 2030.

Com base nas competências administrativas dos governos locais e nas áreas de actuação distrital e municipal, foram seleccionados os ODS mais relevantes para o território local. A partir dessas competências, e em alinhamento com as metas nacionais do Quadro. Nacional de Indicadores (QNI) dos ODS em Moçambique, foram construídos quadros de indicadores estruturados com recurso a dados administrativos locais, estatísticas oficiais do INE, sistemas sectoriais de informação e políticas públicas em vigor. A definição dos indicadores finais resultou da triangulação entre estas referências técnicas e as prioridades identificadas pelas ETLs durante as consultas territoriais, garantindo que o diagnóstico reflectisse as especificidades socioeconómicas e institucionais do distrito.

Nesta fase foram igualmente realizadas acções de capacitação técnica, com os seguintes focos principais:

- Introdução à Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Uso de indicadores ODS e alinhamento com o Quadro Nacional de Indicadores;
- Metodologia a ser seguido no processo de localização dos ODS e produção do relatório de RLV;

- Integração dos ODS na planificação e monitoria local
- Abordagem de género, inclusão social e o princípio de “Não Deixar Ninguém para Trás” (NDNT).

Estas capacitações envolveram técnicos de diferentes sectores e níveis institucionais, reforçando capacidades locais para a recolha, análise e uso de dados, bem como para a apropriação do processo da RLV enquanto instrumento de governação local.

A fase de diagnóstico e recolha de dados

Esta fase teve como principal objectivo construir um retrato fiável, partilhado e contextualizado do estado de implementação da Agenda 2030 no território, combinando a revisão documental, capacitação técnica, workshops multissetoriais, consultas temáticas, grupos focais e organização da base de dados dos ODS.

O diagnóstico assentou, em primeiro lugar, numa revisão sistemática de fontes secundárias oficiais, com destaque para dados estatísticos e administrativos, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística (INE):
    - Folheto Estatístico Distrital de Gondola (edições mais recentes);
    - Projecções demográficas e dados censitários;
    - Estatísticas sectoriais (educação, saúde, água e saneamento, agricultura);
- Fontes do Governo Local:
    - PESOD e POA e os respectivos balanços semestrais e anuais;
    - Relatórios dos Serviços Distritais (SDEJT, SDSMAS, SDAE, SDPI);
- Documentos programáticos e estratégicos:
    - Planos sectoriais distritais e municipais;
    - Relatórios de projectos e parceiros de desenvolvimento;
- Relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com actuação nos sectores sociais, ambientais e económicos;
- Fichas técnicas dos ODS e indicadores do Quadro Nacional de Indicadores (QNI).

Esta revisão permitiu identificar lacunas de informação, inconsistências entre fontes e áreas onde os dados administrativos existentes eram insuficientes ou desactualizados. Sempre que os dados secundários se revelaram incompletos, foram utilizados mecanismos de recolha primária e validação participativa, incluindo:

- 02 workshops multissectoriais presenciais, realizados entre 06 a 08 de Outubro de 2025, a nível local para consultas temáticas sectoriais (educação, saúde, agricultura, género, água e saneamento, urbanização), envolvendo cerca de 35 participantes, entre os quais, técnicos dos serviços distritais e municipais, sociedade civil, sector privado, líderes comunitários e religiosos.
- 04 grupos focais com grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência (PcDs) e idosos.

Estes encontros funcionaram simultaneamente como espaços de diálogo, aprendizagem e construção de consensos, reforçando o princípio de NDNT e fomentando uma visão territorial comum sobre a implementação dos ODS, através do cruzamento de dados estatísticos com evidências do terreno e percepções dos actores locais.

A metodologia interactiva combinou exposições plenárias, trabalhos de grupo e sessões de validação colectiva organizadas segundo os dois pilares estruturantes das RLV — Pessoas e Planeta.



Além disso, os workshops desempenharam um papel formativo, fortalecendo a capacidade técnica local para a monitoria, planificação e reporte dos ODS nos instrumentos (balanços do PESOD e POA) distritais e autárquicos.



O processo de diagnóstico permitiu identificar aprendizagens relevantes, destacando-se a importância da coordenação intersectorial na implementação dos ODS, a necessidade de melhorar a qualidade e a desagregação dos dados ao nível local, bem como o valor da participação comunitária na interpretação dos dados estatísticos. Evidenciou-se igualmente o papel da RLV como um instrumento estratégico de planificação, monitoria e prestação de contas, capaz de articular evidências técnicas com as realidades territoriais. Como resultado, os actores envolvidos assumiram compromissos claros, incluindo o interesse em institucionalizar a monitoria dos ODS ao nível distrital, a disponibilidade para reforçar a partilha de dados entre serviços e o reconhecimento da RLV como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e resilientes.

A fase de apoio técnico e redacção do relatório de RLV

A fase de redação e apoio técnico integrou sessões locais de interpretação de dados, produção e revisão de drafts, pré-validação distrital e formulação de recomendações e planos de acção. A análise empírica baseou-se em três blocos principais de fontes de dados. O primeiro integrou informações administrativas produzidas pelos sectores distritais, incluindo planos, relatórios, balanços de actividades dos diferentes sectores alvos nos sete ODS seleccionados. O segundo bloco reuniu estatísticas oficiais, como o Folheto Estatístico Distrital do INE, projecções demográficas 2017–2050 e dados sectoriais complementares. O terceiro bloco agregou fontes externas, incluindo estratégias sectoriais, relatórios internacionais, estudos académicos e dados fornecidos pelas OSCs/OCBs e ONGs locais.

Por seu turno as notas dos encontros com os Grupos Focais de Discussão (GFD) envolvendo os diferentes grupos vulneráveis permitiram captar percepções qualitativas, experiências vividas e prioridades comunitárias, enriquecendo a análise estatística com evidências sociais e territoriais. Os contributos dos GFD foram integrados como dimensão qualitativa da RLV, reforçando a legitimidade social do diagnóstico

A garantia de qualidade foi assegurada pelo alinhamento rigoroso com a metodologia adoptada, uso sistemático de verificações cruzadas, participação activa dos sectores distritais, aplicação transversal da abordagem baseada em direitos humanos e adopção do princípio NDNT. A validação social, técnica e institucional fortaleceu a credibilidade da análise e garantiu que a RLV reflectisse as realidades e prioridades do território. Este processo seguiu igualmente o princípio "Um Território, Um Processo, Um Produto", reafirmando o compromisso com uma implementação inclusiva, participativa e territorializada da Agenda 2030 em Moçambique.

Limitações observadas

As limitações metodológicas observadas ao longo do processo de elaboração da RLV estiveram associadas à inconsistência, heterogeneidade e cobertura diferenciada das fontes de informação disponíveis ao nível distrital e municipal. Em vários sectores, os registos administrativos apresentavam lacunas, discrepâncias ou variações inesperadas, agravadas pela ausência de desagregações por género, idade e localidade e por divergências metodológicas entre dados sectoriais e estatísticas oficiais do INE. Estas limitações reflectem igualmente constrangimentos infraestruturais persistentes, como a forte dependência de registos manuais e a inexistência de sistemas interoperáveis de informação.

Por um lado, os dados estatísticos produzidos pelo INE resultam maioritariamente de inquéritos por amostragem, com escopos temporais e amostrais específicos, desenhados para garantir representatividade estatística a níveis agregados (nacional, provincial e, em alguns casos, distrital). Embora metodologicamente rigorosos, estes inquéritos apresentam limitações inerentes ao seu carácter amostral, à periodicidade de recolha e ao nível de desagregação disponível, o que condiciona a sua utilização para análises muito focadas ao nível local.

Por outro lado, os dados sectoriais de natureza administrativa são recolhidos de forma contínua pelos planificadores locais e pelos prestadores de serviços distritais e municipais, com base em protocolos, instrumentos e metodologias de monitoria e avaliação definidos pelos ministérios centrais. Estes dados reflectem a execução quotidiana das políticas públicas e dos serviços, mas enfrentam limitações significativas, nomeadamente variações na qualidade dos registos, forte dependência de sistemas manuais e ausência de interoperabilidade entre as diferentes bases de dados sectoriais. Adicionalmente,

persistem lacunas relevantes na desagregação da informação por género, idade e localidade, o que compromete a análise aprofundada e a tomada de decisão baseada em evidências.

A estes desafios somou-se a complexidade inerente ao sistema dual de governação local, marcado pela coexistência e sobreposição territorial de Governos Distritais e Conselhos Municipais, bem como pela fragmentação institucional de competências, sobretudo na área da governação urbana. Esta configuração institucional dispersa dificultou a coordenação, atrasou o fluxo de informação e limitou a harmonização de dados entre as diferentes entidades, exigindo um esforço acrescido de articulação técnica e política para garantir a coerência do relatório.

Estas diferenças exigiram um tratamento analítico cauteloso, evitando comparações directas não ajustadas e privilegiando leituras complementares da realidade territorial. Assim, para mitigar estes constrangimentos, recorreu-se à triangulação sistemática de fontes, à análise comparativa entre diferentes bases de dados, à realização de consultas adicionais para clarificação de inconsistências e à inclusão de notas metodológicas descritivas nas fichas de cada indicador dos ODS, assegurando transparência e rigor interpretativo.

Por fim, importa salientar que, estas imitações não invalidam os resultados da RLV, mas sublinham a importância de investimentos estruturais em sistemas de informação integrados, harmonização metodológica e capacitação técnica local, como condições essenciais para o fortalecimento futuro da monitoria dos ODS ao nível territorial.

CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS



Neste capítulo é apresentado o diagnóstico de cada um dos sete ODS selecionados para a RLV.

ODS 1: Erradicar a Pobreza

O ODS 1 visa “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e constitui um dos principais desafios estruturais do desenvolvimento local no Distrito e Município de Gondola, onde a pobreza assume um carácter marcadamente multidimensional, combinando vulnerabilidades económicas, sociais, territoriais e climáticas. A implementação deste ODS no território de Gondola envolve directamente o Governo Distrital, através do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) e do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), bem como o Conselho Autárquico do Município de Gondola, no âmbito da acção social urbana, provisão de serviços básicos e ordenamento territorial.

A nível nacional, o ODS 1 é operacionalizado por instrumentos estratégicos como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044) e a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016–2024), sob coordenação do Instituto Nacional de Acção Social (INAS). No plano local, estas orientações são territorializadas através do Plano Económico e Social do Distrito de Gondola (PESOD) e do Plano e Orçamento Autárquico (POA), que priorizam a dinamização da economia local, o apoio à agricultura familiar, a criação de oportunidades de rendimento e a assistência social.

Os indicadores levantados no âmbito da RLV evidenciam que a maioria dos agregados familiares em Gondola depende da agricultura familiar de subsistência, complementada por pequeno comércio informal, prestação ocasional de serviços e, em algumas zonas, mineração artesanal. Esta estrutura produtiva revela uma base económica pouco diversificada e altamente vulnerável, tornando os agregados familiares particularmente expostos à variabilidade climática, à ocorrência de pragas, às flutuações dos preços agrícolas e às limitações de acesso a mercados.

Ao nível do Distrito de Gondola, o índice de pobreza tem vindo a registar uma tendência de redução gradual, reflectida nas diversas realizações alcançadas nos últimos anos no âmbito da implementação de políticas e programas de desenvolvimento local. Os sectores do SDAE, do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), do SDSMAS e o CMVG têm desenvolvido um conjunto articulado de intervenções orientadas para o cumprimento deste ODS, com destaque para iniciativas que visam duplicar a produtividade agrícola e aumentar a renda dos pequenos produtores de alimentos, em particular mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores. Estas acções incluem a promoção do acesso seguro e equitativo à terra e a outros recursos produtivos e insumos, o reforço do acesso ao conhecimento, aos serviços financeiros, aos mercados e às oportunidades de geração de rendimento e de emprego não agrícola, bem como esforços consistentes para assegurar o acesso universal e equitativo à água potável e segura e para fortalecer a participação das comunidades locais na gestão sustentável da água e do saneamento.

Contudo, conforme ilustra a tabela que se segue, a análise dos indicadores do ODS 1 em Gondola evidencia o alcance das metas para o combate a pobreza ainda constitui um desafio para Gondola.

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1

Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 1.3 Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de protecção social adequados, para todos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
1.3.1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas com a cesta básica	290	SDSMAS-RAMAS	Não é possível apresentar este indicador em percentagem por inexistência de metas definidas.
1.3.1_NM_3 Percentagem do orçamento destinado a proteção social	N/A	SDSMAS-RAMAS	O orçamento da protecção social é gerido pelo INAS – Delegação de Chimoio.
1.3.1_NM_4 Número de crianças em situacão de pobreza recebendo pelo menos 3 serviços básicos	480	SDSMAS-RAMAS	O indicador reflecte apenas crianças acompanhadas pelos serviços sociais, podendo não captar a totalidade das situações existentes no distrito.
1.3.1_NM_5 Número de crianças vivendo nos centros de acolhimento privados reunificadas nas famílias	30	SDSMAS-RAMAS	O processo de reunificação depende da articulação com entidades privadas e da avaliação das condições familiares.
1.3.1_NM_6 Número de crianças assistidas pelos Comités Comunitários de Protecção a Criança (CCPC)	4972	SDSMAS-RAMAS	Casos identififcados, encaminhados e acompanhados.
1.3.1_NM_7 Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos Centros Infantis privados e nas Escolinhas Comunitárias	4223	SDSMAS-RAMAS	O atendimento ocorre maioritariamente em instituições privadas e comunitárias, devido à limitada oferta pública especializada.
1.3.1_NM_8 Número de agregados familiares e indivíduos beneficiários dos Programas de Proteccao Social Basica (PSSB, PASP, PASD, PAUS e PROSAS)	16700	SDSMAS-RAMAS	O número inclui beneficiários activos dos diferentes programas de assistência social implementados no distrito.
1.3.1_NM_9 Número de centros de apoio ao idoso, infantários, centros de acolhimento à criança em situação difícil e centros de trânsito criados	0	SDSMAS-RAMAS	Não existem centros públicos de apoio ao idoso no distrito. Existe apenas um centro de acolhimento de crianças em situação difícil, gerido por entidades privadas.
Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças			
1.4.MZ_1 Número de titulos de DUATs emitidos para singulares	18150	SDAE	DUATs emitidos no âmbito do Projecto MOZLAND – Terra Segura.
1.4.MZ_1_NM_1 Número de DUATs emitidos e homologados	18150	SDAE	O Projecto MOZLAND teve como foco o aumento do acesso das mulheres à titularidade da terra.
1.4.MZ_1_NM_2 Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	1	CMVG	Existência de um plano de estrutura urbana do CMVG.
1.4.MZ_1_NM_3 Número de áreas comunitárias delimitadas e certificadas	0	CMVG/SDPI	A ausência de delimitação de áreas comunitárias reflecte limitações técnicas e institucionais no processo de certificação comunitária.
Meta 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais			
1.5.4 % de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030	0%	CMVG/SDPI	O distrito de Gondola não dispõe de uma estratégia local de redução do risco de desastres alinhada ao Marco de Sendai.
1.5.4_ NM_1 Áreas em risco de desastres mapeados	0	CMVG/SDPI	Não foram realizados exercícios formais de mapeamento de riscos de desastres ao nível distrital.
1.5.4_ NM_2 Número de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos construídas	0	CMVG/SDPI	A inexistência destas infra-estruturas aumenta a vulnerabilidade ambiental e sanitária das comunidades.
1.5.4_ NM_3 Número de infraestruturas resilientes construídas (desagregação em casas, Escolas, Salas de aulas, Centros de saúde e outras)	0	CMVG/SDPI	Não foram registadas intervenções específicas de construção de infra-estruturas resilientes no período em análise.

Apesar da existência de programas de protecção social que abrangem 16 700 agregados familiares e indivíduos, a análise evidencia que a cobertura efectiva permanece limitada e insuficiente face à dimensão

real da população vulnerável em Gondola. A assistência alimentar directa é residual, com a inexistência infraestruturas públicas locais de apoio social (como centros públicos de acolhimento, infantários ou centros de apoio ao idoso) e a resposta social depende fortemente de mecanismos comunitários e de entidades privadas, sobretudo no atendimento a crianças em situação de vulnerabilidade e PcD.

No âmbito da Meta 1.3, relativa à implementação de sistemas de protecção social adequados, os indicadores revelam uma cobertura fragmentada e frágil, condicionada por limitações institucionais e orçamentais. Importa salientar que o número de beneficiários reportado no sistema de promoção social inclui agregados familiares registados como activos em programas de protecção social que, na prática, não se encontram actualmente operacionais no território de Gondola, devido à interrupção prolongada do pagamento dos subsídios. Esta situação distorce a leitura da cobertura real e reduz significativamente o impacto efectivo da protecção social na mitigação da pobreza. As discussões realizadas com os grupos focais de pessoas vulneráveis reforçam esta leitura, evidenciando que idosos, PcD, mulheres e jovens continuam altamente dependentes de apoios irregulares, redes familiares e mecanismos informais de sobrevivência, o que contribui para a persistência de uma pobreza intergeracional.

Relativamente à Meta 1.4, os indicadores revelam avanços relevantes no acesso individual à terra, com a emissão de 18 150 DUATs, no âmbito do Projecto MOZLAND – Terra Segura. Este resultado constitui um progresso significativo no reforço da segurança de posse da terra e representa um potencial importante de inclusão económica e redução da pobreza rural, sobretudo para mulheres agricultoras. Contudo, este avanço é parcialmente neutralizado pela inexistência de áreas comunitárias delimitadas e certificadas, o que fragiliza os direitos colectivos sobre os recursos naturais, limita a gestão comunitária da terra e aumenta o risco de conflitos fundiários e exclusão social.

O reforço da resiliência face a choques e desastres (Meta 1.5) constitui uma das fragilidades estruturais mais críticas do território de Gondola. Todos os indicadores desta meta apresentam valor zero, evidenciando a inexistência de uma estratégia local de redução do risco de desastres alinhada com o Marco de Sendai, a ausência de mapeamento de áreas de risco, a falta de infraestruturas de gestão de resíduos sólidos e a inexistência de infraestruturas resilientes, como habitação adequada, escolas e centros de saúde. Esta situação assume particular gravidade num contexto marcado por elevada dependência da agricultura, acentuada vulnerabilidade climática e persistência de problemas ambientais como erosão, desflorestamento e degradação dos solos, factores amplamente referidos tanto nos relatórios distritais como nos testemunhos recolhidos nos GFD.

Os grupos focais com pessoas vulneráveis evidenciaram ainda que o desemprego e a dificuldade de acesso a capital constituem factores centrais da pobreza, afectando de forma diferenciada jovens, PcD, mulheres e idosos, sendo particularmente visível a exclusão do mercado de trabalho formal, a dependência de actividades informais de baixa renda e a fragilidade da protecção social. No caso dos jovens, a pobreza é percebida como resultado directo do desemprego estrutural, traduzindo-se no aumento da dependência do mercado e em desigualdades no acesso ao emprego, à terra e à habitação.

Esta situação é corroborada pelos dados do INE (2025), que evidenciam uma capacidade extremamente limitada de criação de emprego formal no território. Em 2023 e 2024, registaram-se apenas 36 admissões anuais na função pública, não tendo sido identificadas colocações através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, do FDD ou do FAIJ. Esta realidade indica que a maioria da população activa permanece dependente de actividades informais de baixa produtividade.

Tabela 2: Trabalho, emprego e segurança socia em Gondola

	2023	2024
Emprego Criado		
Colocações no Inst. Nac. de Emprego e Formação Prof	10	0
Fundo de Apoio a iniciativas juvenis (FAIJ)	0	0
Fundo do Desenvolvimento Distrital (FDD)	0	0
Admissões na função pública	36	36
Total	**36**	**36**
Segurança Social		
Contribuintes Inscritos no INSS	150	97
Beneficiários Inscritos no INSS	802	929
Total	**952**	**1 026**

Fonte: INE (2025)

No domínio da segurança social contributiva, observa-se um aumento do número de beneficiários inscritos no INSS (de 802 em 2023 para 929 em 2024), acompanhado por uma redução do número de contribuintes activos (de 150 para 97), o que evidencia a fragilidade da base contributiva e reforça a dependência de mecanismos assistenciais, consistentes com elevados níveis de pobreza laboral.

Apesar dos constrangimentos existentes, os instrumentos de governação local e nacional identificam oportunidades relevantes para o avanço do ODS 1 em Gondola, ainda que com impactos incipientes e desiguais, destacando-se a priorização da agricultura familiar no PESOD como eixo estratégico de combate à pobreza. O enfoque na assistência técnica, na organização associativa, no acesso a insumos e na promoção da produção alimentar apresenta potencial para aumentar o rendimento rural e reduzir a vulnerabilidade económica, embora os resultados permaneçam limitados pela fraca cobertura da extensão rural, pela dependência das chuvas, pela reduzida capacidade de investimento público e fraca integração dos produtores nos mercados. Em paralelo, iniciativas como o Projecto MOZLAND – Terra Segura representam avanços significativos no reforço da segurança da posse da terra, sobretudo para as mulheres, mas o seu impacto transformador continua condicionado pela ausência de delimitação de terras comunitárias, pela fraca articulação com políticas de desenvolvimento produtivo e pelas limitações institucionais no acompanhamento e resolução de conflitos fundiários.

Em resultado da análise realizada, verifica-se que o ODS 1 enfrenta em Gondola constrangimentos estruturais profundos, expressos na elevada dependência da agricultura familiar de baixa produtividade, na instabilidade da produção alimentar, na limitada criação de emprego formal e na fragilidade dos sistemas de protecção social, cuja cobertura efectiva permanece aquém das necessidades da população vulnerável. Apesar de alguns avanços identificados nos instrumentos de governação local, como a priorização da agricultura familiar e o reforço do acesso individual à terra, estes progressos revelam-se ainda insuficientes para gerar impactos estruturantes na redução da pobreza, permanecendo condicionados por limitações institucionais, financeiras e de implementação. Neste contexto, o cumprimento das metas do ODS 1 em Gondola exige uma abordagem integrada e territorializada, assente na articulação entre inclusão produtiva, estabilização da protecção social básica, reforço da resiliência climática e investimentos sustentados em serviços e infraestruturas sociais, apoiada por uma governação local fortalecida e por mecanismos de monitoria alinhados com o QNI e a Agenda 2030.

ODS 2: Erradicar a Fome

O ODS 2 visa “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável”, constituindo um objectivo central para o desenvolvimento socioeconómico do Distrito e Município de Gondola, onde a maioria da população depende directa ou indirectamente da agricultura familiar para a sua subsistência, rendimento e segurança alimentar. A implementação deste ODS no território envolve principalmente o Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), em articulação com o SDSMAS, o CMVG e os produtores familiares organizados em associações, no quadro das políticas nacionais de desenvolvimento agrário e segurança alimentar.

A nível nacional, o ODS 2 é operacionalizado através de instrumentos como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e os programas de extensão rural e apoio à produção alimentar. No plano local, estas orientações são territorializadas através do PESOD e do POA, que reconhecem a agricultura familiar como principal eixo de geração de rendimento, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar em Gondola, com enfoque na produção de culturas alimentares básicas.

Os dados do INE (2025) evidenciam, contudo, que a segurança alimentar em Gondola permanece frágil e fortemente condicionada pela variabilidade climática, pela baixa produtividade agrícola e pela limitada adopção de práticas sustentáveis. A produção agrícola distrital é dominada por culturas alimentares de subsistência, como o milho, feijão vulgar, amendoim, mandioca e batata-doce, cultivadas maioritariamente em regime de sequeiro, com fraco uso de insumos melhorados, reduzida mecanização e dependência quase total das chuvas. Esta configuração produtiva torna os agregados familiares altamente vulneráveis a choques climáticos, pragas e irregularidade das precipitações.

Tabela 3: Produção agrícola (Campanha agrícola, ton.) em Gondola

Descrição	2023		2024		Var (%)	
	Área (ha)	Produção	Área (ha)	Produção	Área	Prod.
Culturas Alimentares						
Total de Cereais	**42 602**	**68 308**	**39 374**	**9 884**	**-7,6**	**-85,5**
Milho	39 577	65 896	36 348	9 884	-8,2	-85,0
Mapira	2 132	1 823	2 132	...	0,0	-100,0
Mexoeira	894	590	894	...	0,0	-100,0
Total de Leguminosas	3 357	1 966	2 371	547	-29,4	-72,2
Amendoim	1 429	643	1 214,65	547	-15,0	-15,0
Feijão vulgar	1 928	1 323	1156,8	0	-40,0	-100,0
Total de tubérculos	**1 237**	**13 960**	**1 151**	**1 396**	**-7,0**	**-90,0**
Batata doce	144 1	526	57,0	283	-60,4	-81,5
Mandioca	1 094	12 435	1 094	1 113	0,0	-91,0
Outras culturas	11 269	84 633	7 293	44 953	-35,3	-46,9
Culturas de Rendimento						
Algodão	0	0	..	..	..	..
Gergelim	141	85	136	...	-3,6	-100,0
Girassol	0	0	...	...	...	...
Soja	168	111	...	...	-100,0	-100,0

Fonte: INE (2025)

A análise comparativa das campanhas agrícolas 2022/23 e 2023/24 revela uma acentuada instabilidade da produção alimentar no distrito. Registaram-se quedas significativas em culturas essenciais para a dieta local, com particular destaque para o feijão vulgar, que apresentou reduções superiores a 40%, e para os tubérculos, cuja produção total caiu drasticamente, com reduções superiores a 80% na batata-doce e acima de 90% na mandioca. Estas culturas desempenham um papel central na segurança alimentar dos agregados familiares pobres, funcionando historicamente como reservas alimentares e mecanismos de amortecimento em períodos de escassez; a sua quebra compromete directamente a disponibilidade de alimentos, a diversidade alimentar e a estabilidade nutricional das famílias.

O amendoim, cultura relevante tanto para o consumo como para a geração de rendimento, apresentou igualmente uma redução significativa da produção, afectando de forma particular as mulheres produtoras, que tradicionalmente dependem desta cultura para reforçar o orçamento doméstico. A redução simultânea da produção alimentar e das oportunidades de comercialização de excedentes contribui para o agravamento da insegurança alimentar e da pobreza rural, reforçando ciclos de vulnerabilidade já identificados no âmbito do ODS 1.

A análise dos indicadores do ODS 2 em Gondola revela um quadro marcado por avanços pontuais na promoção da produção agrícola e na difusão de práticas sustentáveis, coexistindo com fragilidades estruturais persistentes na segurança alimentar, na nutrição e na capacidade institucional do sector agrário. No que respeita à Meta 2.1, relativa ao acesso de todos a alimentos seguros, nutritivos e suficientes ao longo do ano, os dados administrativos do SDSMAS indicam ausência de focos identificados de desnutrição crónica no distrito. Em paralelo, a realização de palestras de educação nutricional alcançando cerca de 6 300 pessoas constitui um esforço relevante de sensibilização, com enfoque na diversificação alimentar e no uso de produtos locais.

Contudo, a irregularidade das colheitas, associada à fraca capacidade de armazenamento e conservação dos produtos agrícolas, expõe as famílias a períodos recorrentes de escassez alimentar, particularmente no intervalo entre campanhas agrícolas. Este facto é corroborado pelos jovens entrevistados, ao referirem que, há cerca de 10 anos, as famílias conseguiam garantir o seu sustento através da agricultura de subsistência, sem depender fortemente do dinheiro, porém as mudanças climáticas alteraram profundamente essa realidade, pois as machambas já não produzem o suficiente, e as pessoas passaram a depender do mercado e do dinheiro para se alimentar.

Relativamente à Meta 2.3, que incide sobre o aumento da produtividade agrícola e do rendimento dos pequenos produtores, os indicadores evidenciam que a agricultura familiar permanece no centro da estratégia de combate à fome e promoção de meios de subsistência, com uma renda média anual estimada em 36 000 meticais por agregado familiar, valor que sugere níveis de rendimento modestos e compatíveis com situações de pobreza rural. Registam-se progressos importantes no acesso a insumos e assistência técnica, com 13 200 produtores beneficiados por sementes melhoradas, igual número assistido em actividades de produção agrícola, e 135 toneladas de sementes distribuídas. A elevada percentagem de agricultores que adoptam técnicas de Agricultura de Conservação (80%) constitui um dado particularmente positivo, indicando capacidade de adaptação às mudanças climáticas e esforços de sustentabilidade produtiva. Porém, estes avanços coexistem com limitações significativas, nomeadamente o baixo acesso a serviços financeiros, que abrange apenas 48 produtores.

Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 2

Objectivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.			
2.1.MZ_1 Prevalência de desnutrição crónica	0	SDSMAS	Ao nível do distrito não foram identificados focos de desnutrição crónica, de acordo com os registos administrativos disponíveis.
2.1.MZ_1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas pelas palestras sobre educação nutricional usando produtos locais	6300		As palestras são realizadas em coordenação entre o Governo e parceiros de desenvolvimento, com enfoque na diversificação alimentar e uso de produtos locais.
Meta 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de geração de renda e de emprego não agrícola.			
2.3.MZ_2 Renda média de produtores de alimentos do sector familiar, por sexo.	36000	SDAE	Corresponde à renda anual média familiar líquida, após dedução dos custos de produção.
2.3.MZ_2_NM_1 Número de DUATs para fins de actividade agrícola entregues a camponeses ou cooperativas	120	SDAE	A implementação deste indicador conta com o apoio de parceiros que actuam no sector agrário.
2.3.MZ_2_NM_2 Número de produtores beneficiados de sementes melhoradas	13 200	SDAE	Apoio assegurado por parceiros como Manguana, Portucel, Delpaz e Governo.
2.3.MZ_2_NM_3 Número de produtores assistidos em actividades de produção pecuária	1 200	SDAE	Produtores acompanhados tanto pela rede pública como privada de extensão pecuária.
2.3.MZ_2_NM_4 Número de produtores assistidos em actividades de produção agricola	13 200	SDAE	Assistência técnica prestada pela rede pública e privada de extensão agrícola.
2.3.MZ_2_NM_5 Kilogramas de sementes melhoradas disponibilizadas aos produtores	135 000	SDAE	A distribuição de sementes conta com apoio complementar de organizações não-governamentais.
2.3.MZ_2_NM_6 Percentagem de Agricultores que praticam técnicas de Agricultura de Conservação	80	SDAE	A adopção destas práticas tem aumentado como resposta às mudanças climáticas e à degradação dos solos.
2.3.MZ_2_NM_7 Número de Agricultores com acesso aos equipamentos agricolas e suplementos	600	SDAE	Inclui os PACEs e respectivos PAS.
2.3.MZ_2_NM_8 Taxa de cobertura dos serviços de veterinária	30	SDAE	A prestação destes serviços é assegurada por três técnicos distritais da área de pecuária.
2.3.MZ_2_NM_9 Número de auto-empregos criados em actividades de produção agrária e pecuária	212	SDAE	Inclui empregos sazonais e permanentes gerados no sector agrário.
2.3.MZ_2_NM_11 Número de infra-estruturas de comercialização agricola construidas e reabilitadas	21	SDAE	Correspondem maioritariamente a armazéns utilizados por intervenientes da cadeia de comercialização.
2.3.MZ_2_NM_12 Número de produtores agricolas e pecuarios com acesso aos servicos financeiros	48	SDAE	Inclui PACEs e beneficiários de equipamentos apoiados pelo parceiro Manguana.
Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive por via do reforço da cooperação internacional, em infraestruturas rurais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos			
2.a.MZ_1 Percentagem do orçamento da agricultura no orçamento global do estado			Não é possível apurar este indicador ao nível distrital, uma vez que o orçamento do sector agrícola é definido e gerido centralmente.
2.a.MZ_1_NP_1 Número de Extensionistas Agrícolas admitidos	19	SDAE	No âmbito do Programa Sustenta foram inicialmente admitidos 21 extensionistas, permanecendo actualmente apenas 4 devido à caducidade de contratos.
2.a.MZ_1_NP_2 Número de Extensionistas Pecuários admitidos	2	SDAE	Composição da equipa: um homem e uma mulher.
2.a.MZ_1_NP_3 Área irrigada infra-estruturada (ha)	514	SDAE	As intervenções nesta área contam com apoio da JICA.
2.a.MZ_1_NP_4 Número de produtores assistidos em produção pecuária	1 200	SDAE	Criadores do sector familiar e privado beneficiários de serviços de assistência técnica.
2.a.MZ_1_NP_5 Número de produtores assistidos em produção agrícola	13 200	SDAE	Produtores apoiados pela rede pública e privada de extensão agrícola.
2.a.MZ_1_NP_6 Hectares de regadios construidos	6	SDAE	Infra-estruturas de regadio construídas com apoio da JICA.
2.a.MZ_1_NP_7 Hectares de regadios reabilitados	0	SDAE	Não foram realizadas intervenções de reabilitação de regadios no período em análise.

No que concerne à Meta 2.a, os dados evidenciam uma fragilidade crítica no investimento estrutural e na capacidade de extensão rural. Embora tenham sido inicialmente admitidos 21 extensionistas agrícolas no

âmbito do Programa Sustenta, apenas 4 permanecem em funções, o que compromete seriamente a cobertura e a qualidade da assistência técnica. A área irrigada infraestruturada atinge 514 hectares, com apenas 6 hectares de novos regadios construídos e ausência total de reabilitação de regadios existentes, evidenciando uma resposta ainda incipiente face à elevada dependência da agricultura de sequeiro. A impossibilidade de apurar a percentagem do orçamento da agricultura ao nível distrital reforça a dependência de decisões centralizadas e limita a autonomia local na planificação de investimentos estratégicos neste sector.

Apesar destes constrangimentos, existem elementos positivos e oportunidades concretas para o avanço do ODS 2 em Gondola, identificados nos instrumentos de governação local e nacional. A priorização da agricultura familiar no PESOD e no POA, o alinhamento com programas nacionais como o Sustenta, o apoio de parceiros como a JICA em infraestruturas de irrigação e a difusão alargada de práticas de Agricultura de Conservação constituem bases relevantes para o reforço da segurança alimentar e da resiliência produtiva. Acresce ainda a existência de infraestruturas de comercialização agrícola e de iniciativas de educação nutricional, que, se devidamente integradas com políticas de produção, armazenamento e acesso ao mercado, podem potenciar impactos mais duradouros.

Em síntese, a análise do ODS 2 em Gondola evidencia que a erradicação da fome permanece um desafio estrutural, marcado pela instabilidade da produção alimentar, elevada dependência climática, rendimentos agrícolas baixos e limitações institucionais persistentes, apesar de avanços relevantes na assistência técnica, adopção de práticas sustentáveis e alinhamento com programas nacionais. O reforço da segurança alimentar exige uma abordagem integrada que combine aumento sustentado da produtividade, investimento em irrigação e armazenamento, expansão da extensão rural, melhoria do acesso a serviços financeiros e articulação efectiva entre produção, nutrição e mercados, sustentada por uma governação local mais capacitada e mecanismos de monitoria alinhados com o QNI e a Agenda 2030.

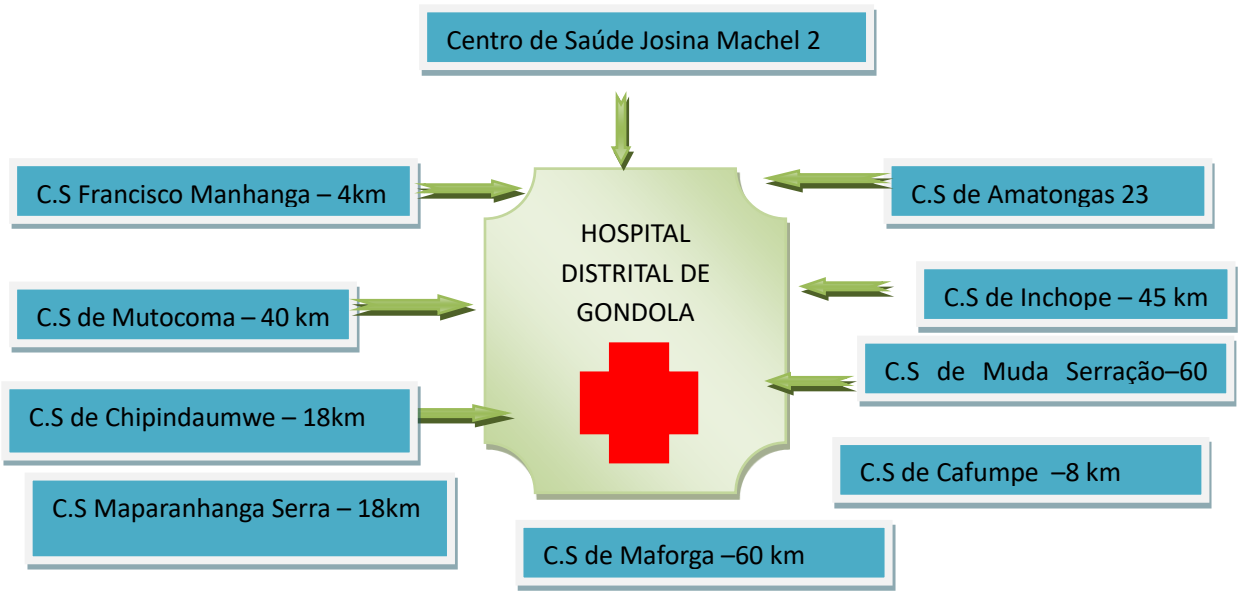
ODS 3: Saúde de Qualidade

O ODS 3 visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, constituindo um pilar central do desenvolvimento humano no Distrito e Município de Gondola. A implementação deste objectivo no território é liderada pelo SDSMAS, em coordenação com as unidades sanitárias, Agentes Polivalentes Elementares (APEs), organizações comunitárias e parceiros de cooperação. A nível político e programático, o ODS 3 é operacionalizado através dos Planos Estratégicos do Sector da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde. No plano local, estas prioridades são incorporadas nos instrumentos de planificação distrital, com destaque para a expansão da rede sanitária, a melhoria das infraestruturas, o reforço da saúde materno-infantil e a ampliação do acesso aos cuidados primários.

O território local de Gondola dispõe de 11 Unidades Sanitárias, incluindo 1 Hospital Distrital, que funciona como unidade de referência, e 9 Centros de Saúde do tipo II, distribuídos entre a vila municipal e os postos administrativos. Na Vila Municipal de Gondola concentram-se 3 Unidades Sanitárias, nomeadamente o Hospital Distrital de Gondola, o Centro de Saúde Urbano Josina Machel (localizado a cerca de 2 km do hospital) e um outro centro urbano, assegurando uma cobertura relativamente mais favorável à população residente no espaço urbano. Esta concentração de serviços traduz-se em maior proximidade física, melhor

acesso a cuidados de saúde primários e maior capacidade de referência para cuidados hospitalares, quando comparada com as zonas rurais do distrito.

Figura 1: Distância entre a unidade sanitária de referencia com os centros de saúde periféricos de Gondola.



Nos postos administrativos, a cobertura sanitária revela-se mais dispersa e desigual. O Posto Administrativo de Cafumpe dispõe de 3 Centros de Saúde, enquanto Amatongas conta com 2 Centros de Saúde (Amatongas Centro e Chipindaumwe) e Inchope possui igualmente 2 Centros de Saúde (Inchope sede e Muda Serração). Apesar desta distribuição formal, a análise espacial evidencia distâncias significativas entre os Centros de Saúde periféricos e o Hospital Distrital, variando entre 8 km (Cafumpe) e 60 km (Muda Serração e Maforga), conforme ilustrado na Figura acima.

Estas distâncias constituem um constrangimento estrutural ao acesso oportuno aos serviços de saúde, sobretudo para populações rurais, idosos, mulheres grávidas, crianças e pessoas com deficiência. Em contextos de emergência obstétrica, malária grave ou outras situações clínicas que exigem referência hospitalar, a distância, associada à precariedade da rede viária e à limitada disponibilidade de transporte, representa um risco acrescido para a saúde e a sobrevivência dos utentes. A actual configuração da rede sanitária, embora assegure uma cobertura mínima, revela-se insuficiente para responder de forma eficaz e equitativa às necessidades de saúde da população.

A analise dos indicadores deste ODS evidencia que o território local de Gondola registou progressos relevantes na expansão do acesso aos serviços de saúde essenciais, mas continua a enfrentar desafios estruturais significativos, sobretudo no controlo das doenças transmissíveis e na disponibilidade de recursos humanos em saúde. No que concerne a meta 3.3, referente ao combate às doenças transmissíveis, os dados indicam que o HIV/SIDA permanece como uma pressão epidemiológica elevada no distrito. A taxa de novas infecções por HIV reportada (83%) reflecte a persistência da transmissão, apesar da ampla cobertura de tratamento antirretroviral. O elevado número de adultos em TARV (9.768) e de crianças em TARV (508) demonstra capacidade do sistema de saúde em garantir o acesso ao tratamento e a retenção dos pacientes, mas simultaneamente evidencia que a prevalência do HIV continua elevada.

Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 3

Objectivo 3. Assegurar umxaa vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes não-infectados, por sexo, idade e população-chave	83%	SDSMAS/NED	O valor reportado reflecte a taxa de novas infecções registadas nos sistemas de vigilância sanitária, indicando elevada pressão epidemiológica ao nível distrital.
3.3.1_NM_2 Número de Crianças em tratamento antiretroviral (TARV)	508	SDSMAS/NED	O dado evidencia o esforço de inclusão de crianças HIV+ nos programas de tratamento contínuo.
3.3.1_NM_3 Número de Adultos em tratamento antiretroviral (TARV)	9 768	SDSMAS/NED	O elevado número de adultos em TARV demonstra a ampla cobertura dos serviços, mas também a persistência da prevalência do HIV.
3.3.1_NM_4 Número de Profissionais de Saúde (PS) capacitados e formados em matérias de prevenção do HIV			Não foram reportadas acções específicas de capacitação no período em análise, evidenciando uma lacuna na componente preventiva.
3.3.1_NM_5 Número de pacientes diagnosticados com Tuberculose	5 207	SDSMAS/NED	O número elevado de casos confirma a TB como um importante problema de saúde pública no distrito.
3.3.1_NM_6 Número de Pacientes coinfectados com TB/HIV em TARV	761	SDSMAS/NED	A coinfecção TB/HIV reforça a necessidade de integração dos serviços de diagnóstico e tratamento.
3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes	24%	SDSMAS/NED	A malária continua a representar uma das principais causas de morbilidade no distrito.
3.3.3_NM_1 Número de famílias beneficiadas com redes mosqueteiras	N/A	SDSMAS/NED	O MISAU não distribui redes mosquiteiras a famílias em geral, priorizando mulheres grávidas nas consultas pré-natais.
3.3.3_NM_2 Número de mulheres gravidas que recebem pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pre-natais	51 721	SDSMAS/NED	Estratégia focada na protecção materno-infantil contra a malária.
3.3.3_NM_3 Número de pacientes diagnosticados com malária	371 599	SDSMAS/NED	O volume de casos diagnosticados reflecte elevada transmissão, sobretudo em períodos chuvosos.
3.3.3_NM_4 Número de óbitos por malária	0	SDSMAS/NED/SISMA-BES	Não foram registados óbitos por malária no período em análise, indicando eficácia no tratamento dos casos severos.
Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a protecção do risco financeiro, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade de e acesso a serviços, entre a população geral e mais desfavorecida)	90%	SDSMAS/NED	O valor indica uma cobertura elevada, embora persistam desigualdades no acesso em zonas mais remotas.
3.8.1_NP_1 Número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas	45 152	SDSMAS/NED	O indicador reflecte o bom desempenho do Programa Alargado de Vacinação.
3.8.1_NP_2 Número de mulheres de 25 a 54 anos rastreadas em cancro do colo uterino	43 776	SDSMAS/NED	Demonstra avanços na prevenção e diagnóstico precoce do cancro do colo uterino.
3.8.1_NP_3 Número de partos institucionais assistidos	45 117	SDSMAS/NED	O elevado número de partos institucionais contribui para a redução da mortalidade materna e neonatal.
3.8.1_NP_4 Número de crianças HIV+ que recebem TARV	508	SDSMAS/NED	Corresponde à totalidade de crianças HIV+ identificadas e integradas nos serviços de tratamento.
3.8.1_NP_5 Número de adultos HIV+ que recebem TARV	9 768	SDSMAS/NED	O indicador demonstra continuidade do tratamento e retenção dos pacientes nos serviços de saúde.
Meta 3.c Aumentar substancialmente o financiamento em saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos			
3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais da saúde: a) Médicos; b) Enfermeira de SMI; c) Enfermeiros; d) Dentistas e; e) Técnicos Farmacéuticos	Medicos - 4, Enf SMI - 17. Enf Geral - 12, Dentistas 3, Tec Farmauceticos- 47	SDSMAS/NED	A distribuição evidencia défice de médicos e enfermeiros face à procura dos serviços de saúde.
3.c.1_NP_1 Rácio Profissionais de Saúde/habitante	649	SDSMAS/NED	O rácio indica pressão significativa sobre os profissionais de saúde, sobretudo nas unidades sanitárias periféricas.

A ausência de dados sobre capacitação específica de profissionais de saúde em prevenção do HIV no período em análise aponta para uma lacuna na componente preventiva, o que pode comprometer a redução sustentável de novas infecções a médio e longo prazo. A tuberculose (TB) constitui igualmente um problema relevante de saúde pública, com 5 207 casos diagnosticados. A existência de 761 casos de coinfecção TB/HIV reforça a necessidade de uma integração efectiva dos serviços de diagnóstico, tratamento e acompanhamento, dado o impacto da coinfecção na morbilidade e mortalidade.

No que se refere à malária, os indicadores confirmam que esta continua a ser uma das principais causas de morbilidade no distrito. A incidência reportada (24%) e o elevado número de 371 599 casos

diagnosticados reflectem intensa transmissão, sobretudo em períodos chuvosos. Contudo, o registo de zero óbitos por malária no período analisado sugere eficácia na gestão clínica dos casos severos, indicando capacidade de resposta dos serviços de saúde no tratamento da doença.

A estratégia de prevenção da malária revela um enfoque claro na protecção materno-infantil, evidenciado pela distribuição de pelo menos uma rede mosquiteira a 51 721 mulheres grávidas durante as consultas pré-natais, uma abordagem selectiva orientada para os grupos de maior risco. Em paralelo, regista-se uma cobertura elevada dos serviços essenciais de saúde (90%), abrangendo saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e o controlo de doenças infecciosas, reflectida no elevado número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas (45 152) no âmbito do Programa Alargado de Vacinação. Verificam-se ainda progressos relevantes na saúde materna e preventiva, com 45 117 partos institucionais assistidos e 43.776 mulheres rastreadas para o cancro do colo uterino, contribuindo para a redução da mortalidade materna e neonatal e para o diagnóstico precoce de doenças prioritárias.

Apesar destes resultados positivos, os próprios dados reconhecem a persistência de desigualdades no acesso, sobretudo nas zonas mais remotas do distrito, onde factores como distância às unidades sanitárias, limitações de transporte e escassez de pessoal condicionam a efectividade da cobertura universal. A análise da densidade e distribuição dos profissionais de saúde evidencia um défice estrutural de recursos humanos, particularmente de médicos e enfermeiros. O distrito dispõe de apenas 4 médicos, 17 enfermeiros de Saúde Materno-Infantil, 12 enfermeiros gerais, 3 dentistas e 47 técnicos farmacêuticos, um quadro claramente insuficiente face à procura crescente de serviços.

O rácio de 1 profissional de saúde para 649 habitantes confirma uma pressão significativa sobre os recursos humanos existentes, sobretudo nas unidades sanitárias periféricas, onde a escassez de pessoal compromete a qualidade, a continuidade e a abrangência dos cuidados prestados. Esta situação limita a capacidade do distrito em consolidar os ganhos alcançados no âmbito do ODS 3, particularmente na prevenção, promoção da saúde e resposta a emergências sanitárias.

As entrevistas aos grupos vulneráveis confirmam estes desafios, evidenciando que, apesar da existência formal de serviços de saúde, o acesso efectivo e equitativo continua limitado por barreiras sociais, económicas, territoriais e funcionais, afectando de forma particular as pessoas com deficiência, os idosos e as populações rurais. As dificuldades incluem longas distâncias, custos de transporte, infraestruturas não adaptadas, escassez de medicamentos nos serviços públicos, défices de recursos humanos e a necessidade de recorrer a farmácias privadas, comprometendo a continuidade dos tratamentos e o bem-estar, sobretudo em casos de doenças crónicas.

Em síntese, o território local de Gondola regista progressos consistentes na expansão dos serviços de saúde, na saúde materno-infantil e no controlo clínico de doenças prioritárias, mas continuam marcados por fortes desigualdades territoriais, défices de recursos humanos e limitações estruturais que comprometem o acesso equitativo, sobretudo nas zonas rurais e entre grupos vulneráveis. Reforçar a rede sanitária periférica através do aumento e melhor distribuição de profissionais de saúde, melhoria do transporte e da referência hospitalar, garantia contínua de medicamentos essenciais e integração sistemática das necessidades das populações vulneráveis na planificação local, constitui assim, uma condição central para consolidar o ODS 3 e assegurar que ninguém fique para trás.

ODS 4: Educação de Qualidade

O ODS 4 visa “assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. No Distrito e Município de Gondola, este objectivo assume relevância estratégica tendo em conta o elevado peso demográfico de crianças e jovens e o papel central da educação na redução da pobreza estrutural, na mobilidade social e no desenvolvimento humano. A sua implementação é coordenada pelo SDEJT, em articulação com o CMVG, as comunidades escolares, os Conselhos de Escola – que integram pais e encarregados de educação – e parceiros de cooperação.

No plano das políticas públicas, a implementação do ODS 4 enquadra-se no Plano Estratégico da Educação 2020–2029, que prioriza o acesso universal ao ensino primário, a melhoria da qualidade do ensino e a expansão progressiva do ensino secundário. Estas orientações são territorializadas através do PESOD e do POA, que enfatizam a construção e reabilitação de salas de aula, a provisão de carteiras escolares, a expansão do ensino bilingue e os programas de alfabetização de jovens e adultos, com particular enfoque nas zonas rurais e periurbanas.

Os dados do INE (2025) evidenciam que o Distrito de Gondola apresenta progressos relevantes no acesso à educação básica, num contexto demográfico marcado por uma população jovem numerosa e predominantemente rural (67,7%). A elevada Taxa Líquida de Escolarização no EP1, superior a 111% em 2024, confirma uma forte pressão demográfica sobre o sistema educativo e a capacidade de absorção das escolas primárias, incluindo crianças fora da idade normativa. Em paralelo, regista-se uma redução da taxa total de desistência escolar, de 3,1% em 2023 para 2,1% em 2024, o que indica melhorias na retenção dos alunos, possivelmente associadas ao reforço da acção comunitária, programas de sensibilização e maior disponibilidade de carteiras escolares.

Tabela 6: Rede escolar em Gondola

Descrição	Ensino					
	Primário		Secundário		Técnico	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Ensino Público						
Escolas	83	84	8	8	...	...
Alunos Matriculados						
1º Grau/Ciclo	53 015	52 792	13 914	16 323	...	...
2º Grau/Ciclo	0	0	4 248	3 269	...	...
Professores Existentes						
1º Grau/Ciclo	980	946	299	386	...	...
2º Grau/Ciclo	0	0	113	110	...	...
Relação Média Aluno/Professor						
1º Grau/Ciclo	55,1	56,7	...	...	...	...
2º Grau/Ciclo (aluno/turma)	0		...	...	...	...
Ensino Privado						
Escolas	4	4 2	2	2	2	2
Alunos matriculados	675	849	1 640	1 418	1 000	1 835
1º Grau/Ciclo	675	849	1 025	1 027	...	...
2º Grau/Ciclo	0	0	615	391	...	...

Fonte: INE (2025)

Conforme a tabela 10, a rede escolar pública manteve-se relativamente estável, com um crescimento marginal do número de escolas primárias (de 83 para 84), enquanto o número de escolas secundárias permaneceu praticamente inalterado. Este desfasamento entre o crescimento populacional e a expansão da rede escolar contribui para a persistência de rácios elevados aluno/professor no ensino primário, que aumentaram ligeiramente de 55,1 para 56,7 alunos por docente. Tal situação compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, reduz o acompanhamento pedagógico individualizado e agrava as desigualdades de aprendizagem, sobretudo nas zonas rurais e periurbanas.

No ensino secundário, os dados revelam fragilidades estruturais ainda mais acentuadas. O número de alunos matriculados no 2.º ciclo do ensino secundário diminuiu entre 2023 e 2024, reflectindo limitações na oferta de salas de aula, escassez de professores qualificados e dificuldades económicas das famílias. Estas barreiras contribuem para taxas de transição e permanência reduzidas, limitando as oportunidades de progressão educativa dos jovens e afectando negativamente a preparação para o mercado de trabalho e o ensino pós-secundário.

No domínio da qualidade das condições de ensino, observa-se uma melhoria gradual na cobertura de carteiras escolares, que passou de 55,7% para 60,3%, embora ainda longe da cobertura universal. Persistem, contudo, constrangimentos significativos ao nível das infraestruturas escolares, da disponibilidade de materiais didácticos e da adequação das salas de aula face ao volume de alunos. Estes factores contribuem para ambientes de aprendizagem pouco favoráveis, com impacto directo nos níveis de aproveitamento escolar.

Outrossim, análise dos indicadores do ODS 4 em Gondola revela um quadro de avanços consistentes no acesso e nos resultados iniciais de aprendizagem, coexistindo com limitações estruturais que comprometem a qualidade, a equidade e a inclusão do sistema educativo. No âmbito da Meta 4.a, os dados evidenciam progressos moderados na melhoria das infraestruturas escolares, com um indicador agregado de 44,5% de escolas com condições adequadas de funcionamento. Destaca-se positivamente o acesso à água potável, que atinge 71% das escolas, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos alunos.

Contudo, a baixa cobertura de electricidade (34%) e a quase inexistência de escolas equipadas com computadores e acesso à internet (3%) revelam fragilidades críticas na criação de ambientes de aprendizagem modernos, seguros e eficazes, sobretudo em zonas rurais. A limitada adaptação das escolas para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), que abrange apenas 33% das unidades, constitui um obstáculo significativo à concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva e sensível às deficiências e ao género.

A elevada pressão demográfica sobre o sistema educativo é evidenciada pelo número expressivo de alunos inscritos no ensino primário (53 641) e pelo rácio médio de 74 alunos por sala, indicador que confirma a persistência de sobrelotação e os seus efeitos negativos na qualidade do ensino, na gestão da sala de aula e no acompanhamento pedagógico individualizado. Embora cerca de 70% dos alunos beneficiem de material escolar no âmbito de programas de apoio, a cobertura não é universal, afectando desproporcionalmente crianças provenientes de agregados familiares vulneráveis, o que reforça desigualdades no processo de aprendizagem.

A tabela de indicadores que se segue ilustra melhor o conjunto de indicadores das metas deste ODS.

Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 4

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que propiciem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos			
4.a.1 Percentagem de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias para cada sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	44.5%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	O indicador agregado revela progressos moderados, com disparidades significativas entre zonas urbanas e rurais.
4.a.1_NM_2 Percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso a internet	3%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	O valor evidencia limitações significativas na integração das tecnologias digitais no processo de ensino aprendizagem.
4.a.1_NM_3 Percentagem de escolas com acesso a electricidade	34%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	A baixa cobertura energética condiciona o uso de equipamentos pedagógicos e tecnologias de informação.
4.a.1_NM_4 Percentagem de escolas com acesso a fonte de água potável	71%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	Apesar do progresso, persistem desafios relacionados com a sustentabilidade e qualidade das fontes de água.
4.a.1_NM_5 Número de alunos beneficiados com material escolar em programas de ensino aprendisagem	70%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	A cobertura não é universal, afectando sobretudo alunos de contextos socioeconómicos mais vulneráveis.
4.a.1_NM_6 Número de escolas adptadas a crianças com necessidade educativa especiais (NEE).	33%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	A limitada adaptação das infra-estruturas constitui um obstáculo à educação verdadeiramente inclusiva.
4.a.1_NP_1 Número total de alunos inscritos no EP, incluindo crianças com NEE	53641	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	O elevado número de matrículas pressiona a capacidade instalada das escolas do ensino primário.
4.a.1_NP_2 Número total de alunos inscritos no ES1, incluindo alunos com NEE	8974	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	A transição do ensino primário para o secundário continua a representar um desafio para muitos alunos.
4.a.MZ_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	74	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	O rácio elevado indica sobrelotação das salas de aula, com impactos negativos na qualidade do ensino.
Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4.1.MZ_1 Percentagem de alunos que desenvolvem as competencias requeridas para o 1o Ciclo do Ensino Primário (incluindo leitura, escrita e cálculo)	89,90%	Balanço Anual 2020-2024	O indicador revela um desempenho globalmente positivo nas competências básicas de leitura, escrita e cálculo.
4.1.MZ_1_NP_1 Percentagem de alunos da 3ª Classe e do 1º Ciclo do Ensino Primário, que atingem as competências básicas de a) leitura e b) cálculo	89,90%	Balanço Anual 2020-2025	Os resultados reflectem melhorias na aprendizagem, embora persistam desigualdades entre escolas.
4.1.MZ_4 Taxa bruta de conclusão no a) Ensino primário, b) Primeiro ciclo do ensino secundário; e c) Segundo ciclo do ensino secundario	76,00%	Dados de Aproveitamento Pedagogico (2020-2024)	A taxa indica progressos na conclusão dos ciclos, mas ainda abaixo da meta de universalização.
4.1.MZ_4_NP_1 Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º Ciclo e 2º Ciclo	81%	Dados de Aproveitamento Pedagogico (2020-2024)	A melhoria da taxa de conclusão reflecte o aumento da retenção escolar no ensino secundário.
4.1.MZ_4_NP_2 Taxa de conclusão no Ensino Primário	79%	Dados de Aproveitamento Pedagogico (2020-2024)	Persistem casos de abandono e reprovação, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade.
4.1.MZ_4_NP_3 Número de Graduados do Ensino Secundário do 1º Ciclo	2346	Dados de Aproveitamento Pedagogico (2020-2024)	O número de graduados contribui para o aumento do potencial de acesso ao ensino técnico e superior.
4.1.MZ_5 Taxa liquida de escolarização na 1ª classe	90.5%	Dados de Aproveitamento Pedagogico (2020-2024)	O indicador evidencia elevada taxa de acesso inicial ao sistema educativo.
4.1.MZ_5_NP_1 Taxa liquida de escolarização na 1ª Classe (ODS)	90.0%	03.03.2025 e Censo INE	Confirma a tendência de universalização do acesso ao ensino primário inicial.
Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas mulheres e homens ao ensino técnico, profissional e terciário acessível e de qualidade, inclusive a universidade			
4.3.MZ_2 Taxa bruta de escolarização no Ensino Técnico Profissional	4%	Dados de Levantamento Estatistico (2020-2024)	A taxa reduzida evidencia fraca absorção deste subsistema, face à procura potencial.
4.3.MZ_2_NP_1 Número de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional	1250	Dados de Levantamento Estatistico (2020-2024)	A capacidade instalada limita a expansão do ensino técnico-profissional no distrito.
4.3.MZ_3 Número de estudantes do ensino superior por mil habitantes	1.4%	Relatorio da UniSCED	O indicador revela acesso ainda restrito ao ensino superior.
4.3.MZ_3_NP_1 Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	1352	Relatorio da UniSCED	A presença de instituições de ensino superior contribui para o desenvolvimento do capital humano local.
Meta 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos			
4.c.1 Percentagem de professores no: a) pre-escolar; b) ensino primário; c) primeiro ciclo do ensino secundário; e d) segundo ciclo do ensino secundário, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante no país	97%	Dados de Levantamento Estatistico 03/03 (2020-2024)	O elevado nível de qualificação docente constitui um factor positivo para a melhoria da qualidade do ensino.
4.c.1_NP_1 Número de professores contratados para o subsistema de Educação Geral	175	Balanço Anual 2020-2025	As novas contratações contribuem para reduzir o défice de professores, embora não eliminem a sobrelotação das salas.

Relativamente à Meta 4.1, os indicadores apontam para desempenhos globalmente positivos nas competências básicas de leitura, escrita e cálculo, com cerca de 89,9% dos alunos a atingir os padrões esperados no 1.º ciclo do ensino primário. Este resultado sugere efeitos positivos das políticas de acesso e retenção escolar e dos esforços de melhoria pedagógica. Ainda assim, as taxas de conclusão, embora em crescimento, permanecem abaixo da universalização, com 79% no ensino primário e 81% no ensino

secundário, reflectindo persistência de abandono e reprovação, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade. A taxa líquida de escolarização na 1ª classe, próxima de 90%, confirma avanços no acesso inicial ao sistema educativo, mas não garante, por si só, percursos escolares completos e de qualidade.

No que concerne à Meta 4.3, os dados revelam fragilidades acentuadas no acesso ao ensino técnico-profissional e superior. A taxa bruta de escolarização no ensino técnico-profissional é de apenas 4%, com um efectivo escolar limitado a 1 250 alunos, evidenciando uma capacidade instalada insuficiente face à procura potencial. O acesso ao ensino superior permanece restrito, com apenas 1,4% de estudantes por mil habitantes, apesar da presença de instituições como a UniISCED, que constitui um activo estratégico para o desenvolvimento do capital humano local. Esta limitação compromete a transição dos jovens para formações qualificantes e a sua inserção no mercado de trabalho formal.

No âmbito da Meta 4.c, os indicadores apresentam igualmente um desempenho positivo, com 97% dos professores a possuírem formação mínima exigida, o que constitui um factor estruturante para a melhoria da qualidade do ensino. A contratação de 175 novos professores para o subsistema de Educação Geral contribui para mitigar o défice de docentes, embora se revele insuficiente para resolver a sobrelotação das salas de aula e as disparidades entre escolas e zonas do distrito.

Em conclusão, a análise do ODS 4 evidencia progressos consistentes no acesso à educação básica, na retenção escolar e nas competências iniciais de aprendizagem. Contudo, estes avanços coexistem com limitações estruturais significativas que comprometem a qualidade, a equidade e a inclusão do sistema educativo, nomeadamente a sobrelotação das salas de aula, os rácios elevados aluno/professor, as fragilidades das infraestruturas escolares, o acesso limitado à electricidade, tecnologias educativas e educação inclusiva, bem como a reduzida oferta de ensino técnico-profissional e superior. Priorizar uma intervenção integrada focada na expansão e melhoria qualitativa das infraestruturas escolares, no reforço do corpo docente e da sua distribuição equitativa, na redução da sobrelotação, e na diversificação da oferta educativa pós-primária, com especial atenção ao ensino técnico-profissional, à inclusão de alunos com NEE e à modernização dos ambientes de aprendizagem, de modo a assegurar percursos educativos completos, relevantes e alinhados com as necessidades locais.

ODS 5: Igualdade de género

O ODS 5 visa “alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, constituindo um eixo transversal do desenvolvimento humano e institucional no Distrito e Município de Gondola. A sua implementação no território envolve de forma articulada o SDSMAS, o SDEJT, o SDAE, o CMVG, as instituições de justiça e ordem pública, bem como organizações comunitárias e da sociedade civil, no quadro das políticas nacionais de género, direitos humanos e protecção social.

No quadro político, destaca-se a Política de Género e Estratégia da sua Implementação, bem como por instrumentos sectoriais que promovem o acesso equitativo a serviços e recursos produtivos. Ao nível local, os instrumentos de planificação distrital e municipal reconhecem a importância da inclusão das mulheres nos processos económicos e sociais, indicando que as mulheres desempenham um papel central na economia familiar e local, sobretudo na agricultura de subsistência, no pequeno comércio informal e na gestão do bem-estar doméstico, acumulando responsabilidades produtivas e reprodutivas.

Do ponto de vista demográfico, o distrito conta com 126 746 mulheres, representando cerca de 50,8% da população total. A análise dos indicadores do ODS 5 em Gondola evidencia que a desigualdade de género permanece um desafio estrutural, manifestando-se de forma particularmente crítica na violência baseada no género, no acesso desigual ao poder e à liderança, bem como no controlo limitado das mulheres sobre recursos económicos estratégicos, sobretudo a terra. Estes constrangimentos coexistem com avanços institucionais relevantes, ainda que insuficientes para assegurar o empoderamento pleno das mulheres e raparigas no território local.

No âmbito da Meta 5.2, os dados revelam uma prevalência elevada de violência contra mulheres e raparigas. A percentagem de 34% de mulheres entre os 15 e 49 anos que reportaram ter sofrido violência física, sexual ou psicológica por parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses constitui um indicador alarmante, apontando para a persistência de normas sociais desiguais, relações de poder assimétricas e fraca capacidade preventiva ao nível comunitário.

Tabela 8: Quadro de indicadores do ODS 5

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5.2.1 Percentagem de mulheres e raparigas de (15 a 49 anos de idade) que já tiveram relacionamentos, sujeitas a a) violência física, b) sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	34%	SDSMAS	O valor indica uma prevalência elevada de violência baseada no género, representando um desafio estrutural à segurança e ao bem-estar das mulheres. Os dados reflectem apenas casos reportados, podendo existir sub-notificação associada a barreiras sociais, culturais e institucionais.
5.2.1_NM_2 Número de crianças vítimas de uniões prematuras retornadas às famílias próprias ou colocadas em protecção alternativa	139	SDSMAS /PRM	O indicador evidencia a persistência de uniões prematuras e a necessidade de reforço das acções de prevenção, protecção social e acompanhamento comunitário, bem como da articulação intersectorial entre acção social, justiça e educação.
5.2.1_NM_3 Número de casos de violência assistidos	378	SDSMAS /PRM	O número de casos assistidos reflecte a capacidade institucional de resposta, mas não representa a totalidade das ocorrências.
Meta 5.5 Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública			
5.5.1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres a) na Assembleia da República e b) nos Governos locais (Assembleias municipais)	39%	Balanco I semestre 2025	O valor demonstra progressos na representação política feminina, embora a paridade ainda não tenha sido alcançada.
5.5.1_NM_1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres nas Assembleias municipais	39%	C.M.V.G	O valor demonstra progressos na representação política feminina, embora a paridade ainda não tenha sido alcançada.
5.5.2 Percentagem de mulheres em cargos de gestão (chefia)	30%	Balanco I semestre 2025	A proporção de mulheres em cargos de chefia indica avanços moderados, porém evidencia desigualdades persistentes no acesso a posições de liderança.
5.5.2_NM_1 Percentagem de mulheres em cargos de direcção e chefia	30%	Balanco I semestre 2025	Os dados sugerem a necessidade de políticas institucionais mais robustas de promoção da igualdade de género, incluindo mecanismos de progressão na carreira.
Meta 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5.a.MZ_1 (a) Número de DUATs, (b) área total de DUATs emitidos com finalidade de agricultura e pecuária; e (c) Percentagem das mulheres com DUATs para singulares com finalidade de agricultura e pecuária	18150	SDAE	DUATs emitidos pelo projecto Moz land terra segura e SDAE.
5.a.MZ_1_NM_1 Percentagem das mulheres com DUATs singulares com finalidade de agricultura e pecuária	25,6%	SDAE	Os resultados reflectem esforços relevantes na promoção do acesso das mulheres à terra, impulsionados por projectos específicos. Contudo, a cobertura permanece limitada face à procura
5.a.MZ_1_NM_2 Número de mulheres capacitadas em materias de empreendedorismo	3765	SDAES/DSMAS	O indicador demonstra investimento na autonomia económica feminina, com potencial impacto positivo na geração de rendimento e resiliência dos agregados familiares.
5.a.MZ_1_NM_3 Número de kits de auto-emprego entregues às mulheres capacitadas	276	SDAE/SDSMAS/SDEJT	A entrega de kits contribui para a inserção económica das mulheres capacitadas, mas o impacto depende da assistência técnica contínua, acesso a mercados e mecanismos de financiamento.

O registo de 378 casos de violência assistidos demonstra a existência de alguma capacidade institucional de resposta por parte do SDSMAS e parceiros, mas, conforme indicado, estes números não reflectem a

totalidade das ocorrências, sendo provável uma sub-notificação associada ao medo, estigma, dependência económica e barreiras culturais. A identificação de 139 crianças vítimas de uniões prematuras que foram reintegradas nas famílias ou encaminhadas para protecção alternativa reforça a dimensão intergeracional da desigualdade de género e evidencia a necessidade de uma abordagem integrada que articule acção social, educação, justiça e liderança.

Relativamente à Meta 5.5, os indicadores mostram progressos moderados na participação das mulheres nos espaços de decisão política e administrativa. A ocupação de 39% dos assentos por mulheres nas assembleias municipais representa um avanço significativo face a contextos históricos de sub-representação feminina, embora ainda distante da paridade. No plano da administração e gestão, apenas 30% dos cargos de chefia e direcção são ocupados por mulheres, o que evidencia a persistência de desafios nos mecanismos de progressão na carreira, tendo em conta a valorização das mulheres em posições de liderança. Estes dados sugerem que a presença numérica das mulheres nem sempre se traduz em poder efectivo de decisão, sendo necessário reforçar políticas de promoção da igualdade de género.

No que respeita à Meta 5.a, os dados apontam para avanços relevantes, mas ainda limitados, no acesso das mulheres aos recursos económicos. A emissão de 18 150 DUATs com finalidade agrícola e pecuária, no âmbito do projecto Moz Land – Terra Segura e das acções do SDAE, constitui um progresso estrutural importante; contudo, apenas 25,6% destes títulos são detidos por mulheres em regime singular, revelando que o controlo feminino sobre a terra permanece restrito face à procura e às normas socioculturais vigentes. Paralelamente, o registo de 3 765 mulheres capacitadas em matérias de empreendedorismo demonstra investimento na autonomia económica feminina, complementado pela entrega de 276 kits de auto-emprego. Ainda assim, o impacto destas iniciativas depende da continuidade da assistência técnica, do acesso a mercados, do financiamento e da integração das mulheres em cadeias de valor.

Nesta componente, as notas dos grupos focais indicam ainda que, apesar de existirem iniciativas de capacitação e apoio ao auto-emprego, muitas mulheres enfrentam barreiras estruturais no acesso à terra, ao crédito e aos mercados, sendo frequente a dependência de decisões masculinas para o controlo dos recursos produtivos. A participação das mulheres em espaços de decisão comunitária foi descrita como limitada e muitas vezes simbólica, condicionada por normas socioculturais que associam a liderança ao papel masculino, o que confirma que o alcance do ODS 5 em Gondola exige não apenas políticas e programas, mas também transformações sociais profundas sustentadas por educação comunitária, envolvimento de líderes locais e reforço dos mecanismos de protecção e promoção das mulheres.

Em síntese, a análise do ODS 5 no Distrito e Município de Gondola demonstra que, apesar de avanços institucionais relevantes na representação política das mulheres, na emissão de DUATs e na capacitação para o auto-emprego, a igualdade de género continua limitada por desigualdades estruturais profundas, expressas na elevada prevalência da violência baseada no género, no acesso restrito das mulheres ao controlo efectivo da terra e de outros recursos económicos, e na fraca tradução da presença feminina em poder real de decisão. Reforçar uma abordagem integrada e transformadora da igualdade de género, que combine a prevenção comunitária da violência baseada no género, o empoderamento económico das mulheres com foco no acesso seguro à terra, crédito e mercados, e o fortalecimento da liderança feminina nos espaços locais de decisão, articulando acção institucional, envolvimento de líderes comunitários e mudança de normas socioculturais, de forma sustentável e coordenada no território.

ODS 6: Água Potável e Saneamento

O ODS 6 visa “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos”, constituindo um pilar essencial para a saúde pública, a dignidade humana, a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável no Distrito e Município de Gondola. A implementação deste objectivo envolve, a nível local, o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), o SDSMAS, o CMVG, os comités de água comunitários e parceiros de cooperação, no quadro das políticas nacionais de abastecimento de água e saneamento rural e urbano.

No plano nacional, o ODS 6 é operacionalizado através de instrumentos como o Plano Quinquenal do Governo, o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), o Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e os programas de saneamento liderados pelas comunidades. Estas orientações são territorializadas em Gondola através do PESOD, POA e dos planos anuais, que priorizam a expansão de fontes de água melhoradas, a reabilitação de sistemas avariados, a promoção da higiene e o combate à defecação a céu aberto, com particular enfoque nas zonas rurais e periurbanas.

Os documentos institucionais do distrito evidenciam progressos graduais no acesso à água potável, sobretudo através da construção e reabilitação de furos, poços protegidos e sistemas de abastecimento de pequena escala. A taxa de cobertura de água no distrito registou uma melhoria relevante, passando de 48,37% em 2023 para 54,57% em 2024, o que indica esforços consistentes de expansão do acesso, sobretudo em zonas urbanas e periurbanas. No âmbito da Meta 6.1, cerca de 58% da população (aproximadamente 144.818 habitantes) utiliza fontes de água consideradas seguras, resultado de investimentos recentes na construção e melhoria de 7 sistemas de abastecimento, 11 fontanários públicos e 58 furos de água distribuídos por diversos povoados.

A cloração da água, que beneficiou 42.972 famílias, constitui uma medida importante de mitigação dos riscos sanitários, sobretudo em contextos rurais. Apesar destes progressos, a cobertura permanece limitada, reflectindo desigualdades territoriais e a dependência significativa de sistemas pontuais e de pequena escala, cuja sustentabilidade e manutenção continuam a ser desafios centrais. Outrossim, estes níveis permanecem baixos face ao crescimento populacional (taxa de crescimento anual de 2,6%) e à elevada proporção da população rural (67,7%), onde o acesso continua fortemente dependente de fontes melhoradas precárias, como fontenários distantes, poços e cursos de água superficiais, com riscos acrescidos de contaminação.

O acesso à água continua a ser um dos principais desafios estruturais apontados pelos grupos vulneráveis. As mulheres e as PcD entrevistadas referem que as bombas manuais existentes são insuficientes para a procura, originando longas filas e sobrecarga física, particularmente para quem tem limitações de mobilidade ou idade avançada. Um problema recorrente identificado é a dependência do sistema do FIPAG, cujo fornecimento é descrito como irregular. Os participantes associam essa instabilidade a factores externos, como a poluição do rio ligada às actividades mineiras na barragem de Chicamba, o que reforça a vulnerabilidade das comunidades e a necessidade de fontes alternativas seguras e sustentáveis. Como resposta, algumas famílias recorrem a bombas privadas concessionadas, o que introduz desigualdades no acesso, penalizando agregados mais pobres, idosos e PcD, que nem sempre conseguem suportar os custos.

No que concerne ao acesso a saneamento, o território local de Gondola apresenta desempenhos favoráveis no cumprimento da Meta 6.2, com 76,06% da população a utilizar serviços de saneamento adequados e 162 das 213 comunidades declaradas Livres do Fecalismo a Céu Aberto (LIFECAS). A existência de 54 439 agregados familiares com latrinas melhoradas e a construção de 18 sanitários públicos, maioritariamente em estabelecimentos de ensino, indicam progressos consistentes na promoção do saneamento e da higiene. Contudo, estes resultados ocultam fragilidades qualitativas importantes, nomeadamente o facto de grande parte da população rural continuar a utilizar água de furos sem tratamento e sistemas de saneamento que não asseguram plenamente condições de segurança sanitária, afectando de forma particular mulheres, raparigas e grupos em situação de vulnerabilidade.

Tabela 9: Quadro de indicadores do ODS 6

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.			
6.1.1 Percentagem da população que usa fonte de água segura, por área de residencia (Urbano/ Rural/TOTAL)	58,00%	SDPI/CMVGC	Do total de 249.698 habitantes do Distrito, cerca de 144.818 têm acesso a fontes de água consideradas seguras, o que corresponde a 58%.
6.1.1_NM_2 Números de sistemas de água construídos/melhorados (Urbano/ Rural/TOTAL)	7	SDPI/CMVGC	Construídos 02 Sistemas Multiusos de abastecimento de água nos povoados de Mucorue e bairro 25 de Junho e convertidos 02 furos de água de Mukwakwa e de Mucequece em PSAA e 1 Na Vila Municipal no Bairro Bela Vista, MUCORODZI, PINDANGANGA
6.1.1_NM_3 Número de fontanários públicos construídos/reparados (Urbano/ Rural/TOTAL)	11	SDPI/CMVGC	Uma fontenária com 04 bicas, mucorue, 25 de Junho, Mukwakwa, Mucorodzi, Pindanganga
6.1.1_NM_4 Número de furos de água manuais ou sistemáticos (Urbano/ Rural/TOTAL)	58	SDPI/CMVGC	Foram construídos furos nos seguintes povoados: Makanwa (1), Mukwakwa (1), Pumburo Mudzingadzi (1), Mucorodzi (1), Nhamachato (1) e Dewe (1). Iango (1), Cuzuana (1), Nhaurozvi (1), Chinhone (1) , 7 de Abril (1), 25 de Junho (1), Nhamaturi (1), Mussequece, Mucorue, Nhamabawa 2, Thoa Mafufu, 25 de Junho (Inchope Estação), Metuchira Ponte, Zimpinga 2 (Chicuvo), Manga B, Mussatwa, Nhangoma, 4 de Outubro (Mesquita), Chipindaumue, Carvalho (escola anexa), Mussunza, Metuchira, Nhamathanga, Dewe, Noia, Joia, Tique-Tique, Sicungué, EP1 Thoa, Maparanyanga Serra, Rudzara, Nhamagoe, Ndare, Mpumbuto, Chimwanda, Dzaula, Mukorodzi B, Mucequece, Amatongas sede (2)
6.1.1_NM_5 Número de famílias beneficiadas em tratamento de água com cloro (Urbano/Rural/TOTAL)	42 972	SDSMAS	A cloração da água beneficiou 42.972 famílias, constituindo uma medida essencial de mitigação dos riscos sanitários.
Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e raparigas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6.2.1 Percentagem da população que usa serviços de saneamento adequados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, por área de residencia (Urbano/Rural/TOTAL)	76,06%		O Distrito de Gondola possui 213 comunidades. Destas, 162 comunidades já estão Livres do Fecalismo a Céu Aberto – LIFECAS
6.2.1_NM_1 Percentagem da população com acesso ao saneamento seguro (Urbano/Rural/TOTAL)			Grande parte da população rural utiliza água de furos sem tratamento e sistemas pequenos ainda não dispõem de mecanismos de tratamento da água
6.2.1_NM_2 Número de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas (Urbano/Rural/TOTAL)	54439		Cerca de 54 439 famílias dispõem de latrinas melhoradas, indicando uma cobertura significativa.
6.2.1_NM_3 Número de sanitários públicos construídos/ melhorados (Urbano/Rural/TOTAL)	18		Foram construídos 18 sanitários públicos em: EP Mucuzi, EP Mandore, EP Sanga, EP Dewe, EP Canhonda, EP Maparanyanga Serra, ES Noia, ES Macombe, ES Nhambonda, ES Inchope, ES Bengo, ES Josina Machel, EP Belavista, EP 7 de Abril, EP Inchope Estação.
Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura de forma global			
6.3.MZ_1 Percentagem de águas residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	0	CMVG	Não temos sistemas de esgoto de saneamento publico, para o seu tratamento somento o uso de fossas cepticas.
6.3.MZ_1_NM_1 Número de fontes de água residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	0	CMVG	Não temos sistemas de esgoto de saneamento publico para tratamento. A gestão de águas residuais baseia-se exclusivamente no uso de fossas sépticas individuais.
6.3.MZ_1_NM_2 Número de esgotos construidos e reabilitados para prevencao de risco de contaminação de agua.(URBANO)	0	CMVG	Não temos porque ainda não existe o sistemas de esgoto canalizada
6.3.MZ_1_NM_3 Km de drenagem construidas e reabilitadas para prevenção de risco de contaminação (URBANO)	0	CMVG	Não temos por se tratar de zona de planalto
Meta 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
6.b.1 Percentagem de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	0	CMVG	Estão organizados em comités gestão de cada furo existente.
6.b.1_NM_1 Número de comités locais para gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	50	SDPI/CMVGC	Estão activos cerca de 50 comités locais, desempenhando um papel central na gestão comunitária dos pontos de água.

No domínio do saneamento, os participantes dos GFDs reconhecem melhorias graduais, sobretudo nas zonas com maior mobilização comunitária. No entanto, persistem assimetrias entre comunidades, com muitas áreas rurais ainda dependentes de soluções básicas e sem acesso regular a instalações sanitárias adequadas. Mulheres e idosos sublinham que a ausência de saneamento melhorado continua a expor famílias a riscos sanitários, afectando de forma mais intensa crianças, idosos e pessoas com deficiência, que têm menor capacidade de lidar com ambientes insalubres.

Relativamente à Meta 6.3, os dados evidenciam um défice estrutural crítico na gestão de águas residuais. A inexistência de sistemas públicos de esgotamento sanitário implica que as águas residuais urbanas não sejam sujeitas a tratamento, com a gestão baseada exclusivamente em fossas sépticas individuais. A ausência de infraestruturas de drenagem e de esgotos canalizados limita a capacidade de reduzir a poluição hídrica e de prevenir riscos de contaminação, constituindo um entrave ao alcance do ODS 6.

Por fim, no âmbito da Meta 6.b, embora não existam políticas municipais formalizadas para a participação comunitária na gestão da água e do saneamento, observa-se uma dinâmica relevante de envolvimento local, materializada na existência de cerca de 50 comités de gestão de água. Estes comités desempenham um papel central na operação, manutenção e vigilância dos pontos de água, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas existentes, ainda que com capacidades técnicas e institucionais desiguais.

Em síntese, a implementação do ODS 6 no Distrito e Município de Gondola revela progressos graduais na expansão do acesso à água potável e ao saneamento, com melhorias visíveis na cobertura de fontes melhoradas e na redução do fecalismo a céu aberto. Contudo, estes avanços permanecem insuficientes face ao crescimento populacional, às desigualdades territoriais e às fragilidades estruturais na sustentabilidade dos sistemas e na gestão de águas residuais. Reforçar uma abordagem integrada e territorialmente diferenciada, centrada na expansão sustentável de fontes de água seguras nas zonas rurais e periurbanas, no fortalecimento dos comités comunitários de gestão, na melhoria dos mecanismos de manutenção e financiamento dos sistemas e no investimento progressivo em soluções de saneamento e tratamento de águas residuais, torna-se essencial de modo a garantir serviços resilientes, equitativos e alinhados com as exigências de saúde pública e adaptação climática.

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 visa “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, assumindo particular relevância para o Distrito de Gondola, caracterizado por um crescimento urbano gradual, forte predominância rural e desafios estruturais ligados ao ordenamento do território, acesso a serviços básicos, habitação e mobilidade. No contexto de Gondola, a sua implementação é da responsabilidade directa do CMVG, em articulação com o Governo Distrital, o SDPI e outros sectores relevantes, no quadro das políticas nacionais de ordenamento territorial, urbanização e gestão do solo.

O território local de Gondola mantém um perfil predominantemente rural (67,7% da população), com crescimento demográfico significativo (2,6% ao ano) e densidade populacional relativamente elevada (90,2 hab./km²), o que exerce pressão sobre os assentamentos humanos, infraestruturas urbanas e serviços básicos, particularmente na Vila Municipal de Gondola e nas sedes dos postos administrativos.

No que respeita às infraestruturas e serviços urbanos, os dados do INE revelam progressos graduais, mas ainda insuficientes, na expansão do acesso à água potável (54,6%) e à energia eléctrica (48,5%), elementos centrais para a habitabilidade, segurança e resiliência dos assentamentos. A rede viária classificada apresenta limitações relevantes, com predominância de estradas não revestidas e fraca conectividade entre localidades e postos administrativos (INE, 2025), o que condiciona a mobilidade urbana e rural, o acesso a mercados, serviços sociais e oportunidades económicas, em contradição com os princípios de acessibilidade e inclusão preconizados pelo ODS 11.

O crescimento das zonas urbanas e periurbanas do distrito ocorre de forma pouco planificada, com expansão de bairros informais e ocupação de áreas sem infraestruturas adequadas. A ausência ou fraca operacionalização de instrumentos de planeamento territorial actualizados limita a capacidade do município e do distrito de orientar o uso do solo, resultando em assentamentos com acesso reduzido a serviços básicos. A análise dos indicadores do ODS 11 no Distrito e Município de Gondola evidencia défices estruturais significativos na promoção de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, bem como limitações relevantes na produção e sistematização de dados, o que condiciona o planeamento e a monitoria das políticas urbanas.

Tabela 10: Quadro de indicadores do ODS 11

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoa idosa			
11.2.1 URBANO - Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0%	CVMG	Na Vila Municipal de Gondola, o transporte de passageiros é assegurado predominantemente por taxi-motas e transportes semi-colectivos.
11.2.1_NM_2 - URBANO Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	CMVG	Ao nivel da Vila Municipal não existem meios de transporte público adaptados para pessoas com deficiência física.
11.2.1 - RURAL Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0	CMVG	Ao nivel da Vila Municipal não se verifica a existência de um sistema estruturado de transporte público que responda às necessidades específicas de pessoas com deficiência física
11.2.1_NM_2 RURAL Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	SDPI	Os meios de transporte licenciados no Distrito para passageiros são essencialmente mini-autocarros e viaturas de caixa aberta, os quais não dispõem de adaptações para pessoas com deficiência.
Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para a planificação e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11.3.1 Rácio da taxa de utilização de terra e de crescimento da população URBANO		CMVG	Sem dados por parte do Municipio da Vila Municipal
11.3.1_NM_1 Taxa de ocupação da terra URBANO		CMVG	Sem dados por parte do Municipio da Vila Municipal
Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo			
11.4.1 Despesa total per capita gasta na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património, nível de governo, tipo de despesa e tipo de financiamento privado		CMVG	O orçamento atribuído ao Distrito não apresenta desagregação específica para despesas relacionadas com a preservação, protecção ou conservação do património cultural e natural, impossibilitando a quantificação deste indicador.
11.4.1_NM_1 Percentagem do orçamento alocado para acções de preservação do património cultural		CMVG	A ausência de linhas orçamentais específicas destinadas ao património cultural limita a monitoria dos investimentos e o planeamento estratégico neste domínio.
Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adoptando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis			
11.b.2 Percentagem de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres		INGD	Embora não seja possível calcular uma percentagem formal, o Distrito implementa acções estratégicas locais de redução do risco de desastres, alinhadas com as orientações nacionais e com o quadro do INGD.
11.b.2_NM_1 RURAL Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres		SDPI	Os dados em causa não sao comiplados no Distrito/Município
11.b.2_NM_1 URBANO Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres		CMVG	Os dados em causa não sao comiplados no Distrito/Município
11.b.2_NM_2 URBANO Número de licencas emitidas para coleta e reciclagem de lixo		CMVG	Os dados em causa não sao comiplados no Distrito/Município

A insuficiência de infraestruturas de água, saneamento, drenagem e gestão de resíduos sólidos em algumas áreas urbanas e periurbanas evidencia a interligação directa entre o ODS 11 e outros

ODS, nomeadamente os ODS 6 e 3, reflectindo desafios estruturais de sustentabilidade urbana. No domínio da mobilidade, os documentos institucionais destacam progressos limitados na reabilitação e manutenção de vias, sobretudo nas áreas centrais. Contudo, muitas comunidades periféricas e rurais continuam a enfrentar dificuldades de acesso, especialmente durante a época chuvosa, o que restringe a mobilidade de pessoas, bens e serviços.

A gestão de resíduos sólidos permanece um dos principais desafios urbanos identificados. A cobertura dos serviços de recolha é limitada e concentrada em algumas zonas urbanas, enquanto grande parte das comunidades recorre a práticas informais de deposição ou queima de resíduos. Esta situação contribui para a degradação ambiental, riscos sanitários e obstrução de sistemas naturais de drenagem, comprometendo a resiliência das comunidades e a qualidade do ambiente urbano.

A estrutura urbana e económica de Gondola revela ainda fragilidades na dinamização de funções urbanas sustentáveis, como o turismo, os serviços financeiros e o ordenamento do território. A estagnação do número de estabelecimentos turísticos, a redução acentuada do movimento turístico e a limitada cobertura da rede bancária ilustram um contexto urbano pouco diversificado e vulnerável a choques económicos (INE, 2025). A falta de infraestruturas adequadas de transporte público afecta igualmente de forma mais acentuada os grupos vulneráveis, dificultando o acesso a escolas, unidades sanitárias, mercados e serviços administrativos, contrariando o princípio de inclusão previsto no ODS 11.

A mobilidade urbana surge como uma preocupação transversal. As PcD e os idosos referiram dificuldades em deslocar-se com segurança, devido à falta de transportes públicos organizados e acessíveis, bem como ao mau estado de algumas vias. Esta situação reduz a integração económica e social, reforçando a percepção de exclusão dos centros de decisão e de oportunidade.

Ao nível institucional, observa-se um esforço crescente de articulação entre o município, o distrito e os sectores técnicos para melhorar a gestão urbana. No entanto, os relatórios apontam para limitações de capacidade técnica, financeira e institucional, que condicionam a implementação efectiva de políticas urbanas integradas e participativas.

Em síntese, a análise revela que o Distrito de Gondola enfrenta desafios estruturais significativos para a concretização do ODS 11, relacionados com o ordenamento territorial, habitação, mobilidade, gestão de resíduos e resiliência urbana. Embora existam progressos pontuais e esforços institucionais relevantes, estes permanecem insuficientes para garantir comunidades plenamente inclusivas, seguras e sustentáveis. O alcance efectivo do ODS 11 no distrito exige o reforço do planeamento urbano integrado, investimentos contínuos em infraestruturas básicas, fortalecimento da governação local e maior envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisão, assegurando um desenvolvimento urbano mais equilibrado e resiliente.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A RLV do território local de Gondola afirma-se como um instrumento estratégico de territorialização da Agenda 2030, permitindo analisar, a partir de dados institucionais, estatísticas oficiais e percepções comunitárias, a implementação dos ODS num contexto marcado por fortes assimetrias socioeconómicas, espaciais e demográficas. A análise integrada dos sete ODS priorizados na RLV de Gondola (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11) evidencia um território marcado por avanços sectoriais relevantes, mas ainda condicionado por desafios estruturais, que limitam a transformação sustentável e inclusiva do desenvolvimento local.

Em todos os ODS analisados, emerge um padrão comum: a existência de políticas, programas e realizações concretas, coexistindo com fragilidades institucionais, limitações financeiras, desigualdades territoriais e vulnerabilidades socioeconómicas e climáticas persistentes. O exercício evidencia avanços importantes na expansão de serviços sociais básicos, no reforço de mecanismos comunitários e na adopção de práticas alinhadas com os ODS, ao mesmo tempo que revela constrangimentos estruturais persistentes que condicionam a eficácia, a qualidade e a sustentabilidade das intervenções públicas ao nível local.

No **domínio social**, os resultados dos ODS 1, 2, 3, 4 e 5 demonstram que a pobreza, a insegurança alimentar, as desigualdades no acesso à saúde e educação e a desigualdade de género permanecem interligadas e cumulativas, afectando de forma desproporcional mulheres, jovens, pessoas com deficiência, idosos e populações rurais. Apesar de progressos visíveis na expansão de serviços básicos – como educação primária, saúde materno-infantil, acesso à água e saneamento e emissão de DUATs –, a análise revela que a cobertura efectiva, a qualidade dos serviços e a equidade no acesso continuam aquém das necessidades reais da população. A dependência elevada da agricultura familiar de sequeiro, a fraca criação de emprego formal, a fragilidade dos sistemas de protecção social e a persistência da violência baseada no género reforçam ciclos de pobreza estrutural e vulnerabilidade intergeracional.

No **plano territorial e ambiental**, os resultados dos ODS 6 e 11 evidenciam que o crescimento demográfico e urbano em Gondola ocorre num contexto de planeamento territorial limitado, insuficiência de infraestruturas resilientes e fraca gestão ambiental. Embora se registem avanços graduais no acesso à água potável, saneamento e serviços urbanos, persistem desigualdades acentuadas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, bem como défices críticos na gestão de águas residuais, resíduos sólidos, mobilidade inclusiva e ordenamento do território. Estas fragilidades comprometem não apenas a qualidade de vida, mas também a resiliência das comunidades face a choques climáticos, sanitários e económicos.

Um dos elementos centrais que emerge do exercício da RLV é a estreita relação entre o progresso nos ODS e a capacidade institucional local. Persistem desafios significativos na articulação intersectorial, na harmonização de dados entre fontes distritais, municipais e sectoriais, bem como na disponibilidade de informação desagregada por sexo, idade, localização e condição socioeconómica. Estas limitações afectam a planificação baseada em evidências, a monitoria sistemática dos indicadores e a definição de políticas.

O exercício da RLV evidenciou ainda o papel central da participação comunitária como pilar para a implementação efectiva da Agenda 2030. As consultas comunitárias demonstraram que as comunidades detêm conhecimento profundo sobre os desafios e potencialidades do território, sendo actores-chave na identificação de soluções adaptadas ao contexto local. Contudo, a consolidação de mecanismos permanentes de diálogo, consulta e prestação de contas permanece um desafio a ser fortalecido. Este

contexto reforça a necessidade de encarar a RLV e todos seus processos não apenas como um exercício de reporte, mas como ferramentas contínuas de aprendizagem institucional e planificação estratégica.

Em síntese, Gondola apresenta progressos concretos na implementação da Agenda 2030, sustentados por iniciativas sectoriais e esforços institucionais relevantes, mas enfrenta desafios estruturais que exigem maior coordenação intersectorial, reforço de capacidades técnicas, melhoria dos sistemas de dados e promoção activa da inclusão social, económica e territorial. O processo da RLV permitiu identificar prioridades claras e caminhos estratégicos para acelerar o cumprimento dos ODS, demonstrando que, com apoio adequado e governação integrada, o território dispõe de condições para avançar de forma mais consistente, equitativa e sustentável no seu percurso de desenvolvimento local e garantir que o princípio de não deixar ninguém para trás se traduza em melhorias concretas e sustentáveis na vida das populações.

Com base nestas constatações, são propostas as seguintes **recomendações estratégicas para acelerar a implementação dos ODS em Gondola**:

- Priorizar investimentos na funcionalidade e qualidade dos serviços básicos, garantindo manutenção, recursos humanos adequados e adequação às necessidades específicas de grupos vulneráveis;
- Reduzir desigualdades territoriais mediante a expansão equitativa de infraestruturas sociais e económicas em zonas rurais remotas e bairros urbanos informais;
- Fortalecer a educação inclusiva e de qualidade através da redução da sobrelotação das salas, melhoria das condições escolares e reforço da retenção e transição no ensino secundário;
- Reforçar o sistema local de saúde com enfoque no acesso geográfico, na melhoria das condições de trabalho dos profissionais e na resposta às necessidades de mulheres, crianças e PcD;
- Promover a diversificação económica e a resiliência dos meios de subsistência, com especial atenção à agricultura familiar, adopção de tecnologias apropriadas e integração em cadeias de valor inclusivas;
- Expandir o acesso ao ensino técnico-profissional e à formação para jovens e mulheres, alinhando a oferta formativa às oportunidades económicas locais;
- Integrar de forma transversal a igualdade de género e a protecção social nas políticas e programas locais, reforçando serviços especializados e mecanismos de prevenção da violência baseada no género;
- Acelerar a planificação urbana e territorial sustentável, combatendo a urbanização informal e integrando a redução do risco de desastres e a adaptação às mudanças climáticas;
- Desenvolver sistemas de mobilidade e serviços urbanos acessíveis, com enfoque nas necessidades das pessoas com deficiência, idosos, mulheres e crianças;
- Institucionalizar mecanismos permanentes de participação comunitária, garantindo a inclusão efectiva de grupos vulneráveis nos processos de planificação, implementação e avaliação das políticas públicas;
- Reforçar a capacidade institucional do Distrito e do Município através de mecanismos de coordenação intersectorial, planificação integrada e monitoria sistemática dos ODS com base em evidência;
- Melhorar a qualidade, desagregação e harmonização dos dados administrativos locais, assegurando informação regular por sexo, idade, localização e condição de vulnerabilidade para orientar políticas públicas inclusivas;
- Consolidar a RLV como instrumento regular de governação local, aprendizagem institucional e prestação de contas, articulado com os níveis provincial e nacional.

ANEXOS

- Matriz de dados sobre indicadores dos ODS